

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das Informações anuais da Liq Participações S.A. e controladas, distribuídas da seguinte forma:

1. Contexto operacional
2. Expansão e mudanças na estrutura societária
3. Declaração da Administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
4. Principais políticas e práticas contábeis
5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos
6. Reapresentação
7. Informação por segmento
8. Caixa e equivalentes de caixa
9. Contas a receber de clientes
10. Tributos a recuperar
11. Depósitos judiciais
12. Imposto de renda e contribuição social
13. Despesas antecipadas e demais ativos
14. Investimentos em controladas
15. Imobilizado
16. Intangível
17. Renegociação da dívida
18. Debêntures e Empréstimos e financiamentos
19. Fornecedores
20. Antecipação de fornecedores
21. Salários, encargos sociais e benefícios
22. Obrigação com arrendamento mercantil
23. Tributos a recolher
24. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
25. Patrimônio Líquido
26. Receita operacional
27. Resultado por natureza
28. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas
29. Receitas (despesas) financeiras líquidas
30. Resultado por ação
31. Pagamento baseados em ações
32. Transações com partes relacionadas
33. Cobertura de seguros
34. Mudanças nos passivos de atividade de financiamentos
35. Eventos Subsequentes
36. Aprovação das demonstrações financeiras

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Liq Participações S.A., denominada anteriormente Contax Participações S.A. (“Liq” ou “controladora”), em conjunto com suas subsidiárias (“Companhia”) é uma das empresas líderes no Brasil em *customer experience*, e tem como um dos seus principais pilares a inclusão social. Aproxima as marcas de seus consumidores, por meio de soluções completas em BPO e CRM e estratégias voltadas para o trade marketing. Com um olhar humano e uma abordagem all-line (varejo, voz, chat, e-mail, digital), a Companhia cria junto com seus clientes soluções customizadas, inteligentes, descomplicadas e centradas no consumidor final, utilizando a tecnologia e a multicanalidade como ferramentas.

A Liq tem, como objetivo de atuação, ser a melhor alternativa para quem quer evoluir a forma de se relacionar com seus clientes, identificando oportunidades e propondo soluções que agregam valor às marcas e aos seus consumidores.

Entendemos que responsabilidade é inegociável. Agimos com integridade e transparência junto a todos os nossos públicos e atraímos e desenvolvemos os nossos talentos, como parte da nossa estratégia.

Como resultado, em 2017 fomos reconhecidos em diversas premiações. Considerando os prêmios Cliente SA (CIC), ABEMD e ABT, foram 14 troféus recebidos. Além destas premiações, fomos agraciados com o Prêmio ADVB de Sustentabilidade e entramos no ranking da IT Media como uma das 100 empresas mais inovadoras no uso de TI no Brasil.

A Liq é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”), classificada na categoria Novo Mercado de Governança Corporativa, sob o ticker: LIQO3 (ON). Foi constituída em julho de 2000, tendo como objeto social a participação em outras sociedades comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior. A sua sede social está localizada na Avenida Paulista, 407 e 423 - 8º andar, no bairro Bela Vista, na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo.

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cumprimento, no Brasil, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. A Companhia possui políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o cumprimento dessas legislações, incluindo um programa de compliance.

Em 30 de janeiro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração da razão social da Companhia, que passa a ser denominada Liq Participações S.A., antes denominada (Contax Participações S.A.).

A Companhia no Brasil opera 18 unidades em 10 Estados, conforme apresentados abaixo:

#	Site	Tipo	UF	Cidade
1	ALEGRIA	Operacional	SP	São Paulo
2	AUGUSTA	Operacional	SP	São Paulo
3	BOA VIAGEM	Operacional	BA	Salvador
4	BORGES DE MELO	Operacional	CE	Fortaleza
5	CABULA	Operacional	BA	Salvador
6	COMÉRCIO	Operacional	BA	Salvador
7	ELEKTRO	Operacional	SP	Campinas
8	JOÃO PESSOA	Operacional	PB	João Pessoa
9	LUIGI AMORESE	Operacional	PR	Londrina
10	MACKENZIE	Operacional	RJ	Rio de Janeiro
11	MAUÁ	Operacional	RJ	Rio de Janeiro
12	NAVEGANTES	Operacional	RS	Porto Alegre
13	PRADO II	Operacional	MG	Belo Horizonte
14	RIO BRANCO	Operacional	AC	Acre
15	SANTO AMARO	Operacional	PE	Recife
16	PAULISTA 407	Administrativo	SP	São Paulo
17	ALPHAVILLE	Administrativo	SP	Alphaville
18	PAULISTA 453	Administrativo	SP	São Paulo

1.1 Melhorias para retomada operacional da Companhia

Considerando as tendências de comportamento do consumidor, a Companhia revisitou o seu posicionamento estratégico, de forma a refletir em sua marca e em suas comunicações para o mercado uma série de mudanças que já estão incorporadas em seu modelo de negócios. O investimento em soluções mais integradas, por meio de multicanais, permitindo que os consumidores tenham experiências diferenciadas sempre que busquem contato com empresas clientes, está transformando a forma de atuação da Companhia e a forma como é percebida pelos seus clientes. Para consolidar essa nova fase, a Companhia lançou em 11 de setembro de 2017 sua nova marca “Liq”, que reflete sua nova proposta de valor, baseada em soluções all-line de customer experience.

O ano de 2017 consolidou a guinada de qualidade operacional no atendimento da Liq, que vem sendo classificada pelos clientes, em rankings próprios aos quais a Companhia tem acesso, como uma das melhores provedoras de serviços. Essa melhoria é reflexo do trabalho contínuo dos executivos à frente das operações, zelando pela qualidade do atendimento e pelo cumprimento de todos os níveis de serviço contratados. Esse cuidado se reflete, ao longo do relacionamento com o cliente, em aumento de wallet share (participação no volume total de interações de clientes) e na redução de multas e outras penalizações por descumprimento de SLA (acordos de níveis de serviço, na sigla em inglês). Da mesma forma, a Companhia ampliou sua atuação no segmento de marketing promocional / trade marketing, aumentando o número de clientes e reforçando a imagem de referência no setor em nível nacional.

1.2 Fortalecimento da estrutura de capital da Companhia

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo de R\$ 431.906, prejuízos acumulados de R\$ 568.056 e incorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em prejuízo de R\$ 386.383.

A Companhia tem conquistado avanços importantes para reverter essa situação. Em 14 de dezembro de 2017, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado, os credores de dívidas que representam mais de 95% do endividamento total da Companhia, aprovaram novos termos e condições para o pagamento de debêntures e empréstimos. A revisão incluiu carência de dois anos para o pagamento de juros e de três anos para pagamento de principal. Pelos novos cronogramas de amortização, o prazo médio ponderado (duration) das debêntures passa a ser superior a 9 anos, com vencimentos concentrados em 2030 e em 2035. Com essa renegociação houve a extinção de parte da dívida e o novo passivo foi reconhecido pelo seu valor justo, representando um ganho nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de R\$ 263.752. Além disso, a Companhia obteve perdão de dívidas que montam R\$ 62.858. Vide nota 17.

Adicionalmente, considerando que as debêntures renegociadas pela Companhia atualmente são mensuradas pelo custo amortizado, e a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia optou pela aplicação do IFRS 9, as dívidas serão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado na data de sua aplicação inicial. Os impactos esperados pela aplicação da referida norma, serão de aproximadamente R\$ 511.000 positivo no patrimônio líquido, já considerados os efeitos tributários. Vide item “a” da nota 4.26.

O reperfilamento da dívida permite que a Companhia disponha de mais caixa para implantar as ações necessárias à continuidade do *turnaround* operacional, com vistas principalmente à reversão do prejuízo. A Liq já tem colhido os resultados dessa virada, com melhorias nas condições comerciais em diversos contratos com fornecedores, maior controle de mão de

obra direta e indireta, redução da ociosidade, aumento de margem em operações, aperfeiçoamento de processos e uma estrutura societária mais enxuta.

Nesse contexto, a Administração segue empenhada na execução do plano de melhoria operacional que tem por objetivo a recuperação operacional da Companhia nos próximos períodos. Esse plano está em consonância com as diretrizes do Planejamento Estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

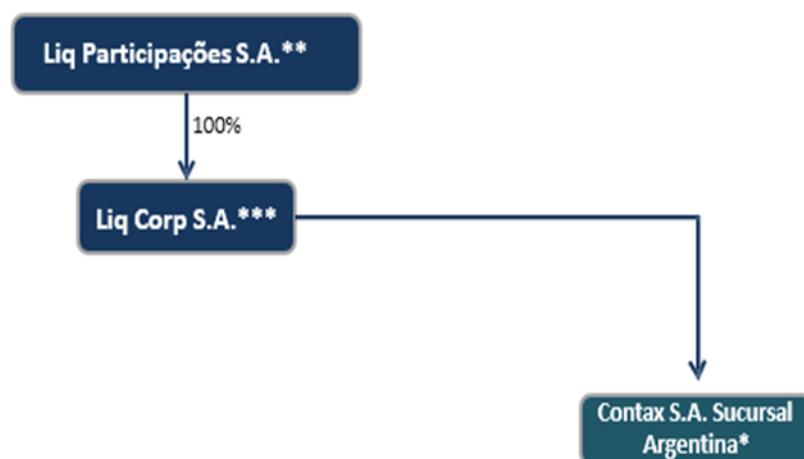
2 EXPANSÃO E MUDANÇAS NA ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Inicialmente, a Liq foi criada para atender as demandas de contact center de uma grade operadora do setor de telecomunicações. No entanto, ao longo dos anos, a Liq ampliou e diversificou sua carteira de serviços, apresentando forte crescimento em clientes de alto volume e complexidade, tendo se consolidado como uma das principais do mercado de serviços corporativos no Brasil.

O crescimento operacional da Companhia vem passando por algumas mudanças societárias decorrentes de, vendas e incorporações, conforme destacam-se a partir de 2016.

- Em 09 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a venda da Divisão Allus (Stratton Spain, Bex, Stratton Peru, Allus Spain, Allus Peru, Multienlace, Stratton Argentina, Stratton RES, Stratton Nea, Stratton Chaco), para o Grupo Konecta.
- Em 31 de dezembro de 2016, a Liq Corp S.A. (anteriormente denominada Contax Mobitel S.A.) incorporou a Ability Comunicação Integrada Ltda. (“Ability”), com o fim de simplificar sua estrutura operacional e societária, além de agregar a atividade de trade marketing em uma única empresa, reforçando o conceito de multicanalidade na prestação de serviços.
- Em 31 de dezembro de 2016, a Liq Corp S.A. (anteriormente denominada Contax Mobitel S.A.) incorporou as subsidiárias BRC e Venecia.
- Em 31 de maio de 2017, a Liq Corp S.A. (anteriormente denominada Contax Mobitel S.A.) incorporou a Todo Tecnologia da Informação S.A. e sua subsidiária, com objetivo de simplificação da sua estrutura operacional.

Assim, em 31 de dezembro de 2017, a estrutura societária da Companhia e de suas controladas está apresentada a seguir:



* Não operacional

**Liq Participações S.A. (anteriormente denominada Contax Participações S.A.)

***Liq Corp S.A. (anteriormente denominada Contax Mobitel S.A.)

3 DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) que é a moeda funcional da Companhia. Foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, reapresentação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2016 é apresentado nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido à correção de erro (Nota 6).

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), estando totalmente em convergência com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

3.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode resultar em ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos ou passivos em exercícios futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 5.3.

b) Transações com pagamento baseado em ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações de sua própria emissão. A Companhia adota as disposições da Deliberação CVM nº 650/10, reconhecendo como despesa, em base linear, o valor justo das opções, apurado na data da outorga, durante o período de serviço exigido pelo plano em contrapartida ao patrimônio líquido.

A despesa acumulada reconhecida reflete o período de aquisição adquirido e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão adquiridas. A despesa ou receita da movimentação ocorrida no exercício é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de pagamento baseado em ações. Nenhuma despesa é reconhecida para as opções que não tenham iniciado o seu período de aquisição

c) Imposto de renda e contribuição social

No Brasil compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os resultados apurados nas subsidiárias no exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e normas locais. Nossa única subsidiária com sucursal na Argentina é tributada à alíquota de 35%.

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pela Deliberação CVM nº 676/11.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas que estejam em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

e) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Consolidação: as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Liq e das subsidiárias nas quais detenha o controle de forma direta ou

indireta. Todas as transações e saldos entre a Liq e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários. A participação dos acionistas não controladores, quando houver, está destacada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia aplicou a Deliberação CVM nº 640/10, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 (R2), que trata dos Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. De acordo com essa deliberação, a Companhia deve aplicar os critérios apresentados no item 4.3 na consolidação de subsidiária no exterior.

A tabela a seguir resume as participações societárias da Liq e de suas subsidiárias, bem como as atividades operacionais nas quais estão engajadas:

Nome	Atividade principal	País	31/12/2017	31/12/2016
Liq Corp S.A.	<i>Contact center / Multicanal</i>	Brasil	100%	100%
TODO Tecnologia da Informação S.A. (*)	Tecnologia & Informação	Brasil	-	100%
TODO Soluções em Engenharia e Tecnologia S.A. (**)	Tecnologia & Informação	Brasil	-	100%
Contax Sucursal Empresa Extranjera	<i>Contact center</i>	Argentina	100%	100%

(*) Incorporada pela Liq Corp S.A. (anteriormente denominada Contax Mobitel S.A.) em 31 de maio de 2017

(**) Incorporada pela Todo Tecnologia da Informação S.A. em 31 de março de 2017

4.2 Corrente não corrente: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou

- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

4.3 Moeda funcional: as demonstrações financeiras de cada subsidiária incluída na consolidação são preparadas utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal em que ela opera. A subsidiária no exterior adota o Real como moeda de apresentação.

As demonstrações financeiras da controlada no exterior são convertidas para Reais, utilizando-se os seguintes critérios:

- Ativos e passivos não monetários são convertidos pela taxa histórica da transação;
- Ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- Contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio obtida através da média mensal das taxas de cada mês; e
- Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão são registrados no patrimônio líquido no grupo de outros resultados abrangentes.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apenas a empresa Contax Argentina (Sucursal) permanece representando as considerações acima descritas.

As taxas de câmbio utilizadas na conversão da controlada no exterior, para a moeda de apresentação, em Reais em vigor na data dos balanços foram as seguintes:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa final		
Peso Argentino (AR\$)	0,1755	0,2056
Taxa média		
Peso Argentino (AR\$)	0,1865	0,2118

4.4 Ajustes a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa

contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste, exceto para o contas a receber da OI S.A., conforme divulgado na nota explicativa 9.2.

- 4.5 Investimentos: nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos em controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial.
- 4.6 Informação por segmento: um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão.
- 4.7 Caixa e equivalentes de caixa: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudanças de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.
- 4.8 Instrumentos financeiros: (i) *Ativos financeiros* são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e contas a receber;

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia, quando aplicável, que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38 (quando aplicável). Derivativos, incluindo os derivativos

embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Quando existentes derivativos embutidos em contratos principais são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e os contratos principais não forem contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos ou uma reclassificação do ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos (se aplicável).

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos.

Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 – Derivativos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

- 4.9 Contas a receber de clientes e outros recebíveis: são registradas pelos valores correspondentes aos serviços prestados com aceite do cliente que podem estar faturados na data de encerramento das demonstrações financeiras ou não, deduzidas das provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídos analisando-se a capacidade de liquidez individualizada de cada cliente, considerando-se as garantias fornecidas pelos clientes. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas. Os títulos são baixados contra a provisão à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

4.10 Depósitos judiciais: No decurso das ações impetradas contra a Companhia e sobre as quais esta questiona a legitimidade das reclamações, pode ocorrer que a Companhia seja requerida a efetuar depósitos recursais e/ou judiciais de forma a dar continuidade a sua estratégia de defesa. Tais valores são corrigidos monetariamente em sua maioria pelos índices inflacionários e caracterizam-se como recursos não alcançáveis pela Companhia pendentes de decisão judicial.

4.11 Ativo imobilizado: apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em decorrência da natureza dos sistemas de tecnologia da informação e telecomunicações de propriedade da Companhia, as estimativas de vida útil, requerem considerável julgamento e são inerentemente incertas principalmente em decorrência da rápida evolução destas tecnologias podendo ocorrer obsolescência prematura de tais sistemas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Deliberação CVM nº 639/10 requer que seja realizada avaliação da recuperação de todos os itens integrantes deste subgrupo sempre que houver indício de perda, visto que nenhum item deve permanecer registrado por valor maior que o valor de realização, seja pela venda ou pelo uso. A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado em conjunto com a análise de recuperação de ágio. Na ocorrência de indício de perda, os ativos correspondentes são submetidos ao teste de *impairment* através da metodologia de fluxo de caixa descontado. Por sua vez, quando identificado que o valor contábil do ativo não será recuperado, uma provisão é registrada. A recuperação dos investimentos no ativo imobilizado foi testada em 2017 não sendo identificados ajustes para refletir perda no valor recuperável. A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos divulgados na nota 16.1.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

4.12 Ativo intangível: os ativos intangíveis são recursos identificáveis, sob o controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em

relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura e marcas.

A avaliação da recuperação dos ágios realizada anualmente considera premissas e julgamentos divulgados na nota explicativa 16.1. Em 31 de dezembro de 2017, não foram identificados ajustes nos valores dos ativos registrados.

4.13 Fornecedores: são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos, se aplicável, até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4.14 Arrendamento mercantil: as operações de arrendamento mercantil, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade são substancialmente transferidos à Companhia, são classificadas como arrendamentos financeiros. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, as operações são classificadas como arrendamentos operacionais.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no imobilizado em contrapartida ao passivo pelo menor montante entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil do bem e a vigência do contrato, os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

4.15 Capital social: corresponde ao valor obtido na emissão de ações. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, se houver, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

4.16 Ações em tesouraria: quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido e as ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, a diferença entre o valor contábil e o valor recebido é reconhecida como um aumento no patrimônio líquido na rubrica de reservas de capital. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, na venda, na emissão ou no cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

4.17 Lucro por ação: o cálculo do lucro básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

4.18 Apuração do resultado: o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

4.19 Receita de vendas: as receitas de vendas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços executados de acordo com contratos firmados junto aos clientes. Os serviços são faturados e/ ou estimados de acordo com a sua natureza, a saber:

- Serviços de *telemarketing* e atendimento ao consumidor: a receita é auferida com base em tempo de conversação e/ou, por preço fixo por posição de atendimento (“PAs”) disponibilizada ao cliente e/ou, por preço variável com base em metas acordadas com os clientes.
- Serviços de recuperação de crédito: a receita é auferida com base no percentual acordado com o cliente sobre os créditos recuperados junto aos clientes destes, somente após o reconhecimento pelo contratante que o crédito foi recuperado a receita é reconhecida.
- Serviço de desenvolvimento de *software* personalizado: a receita é auferida com base no estágio de desenvolvimento e também contemplam receitas com os serviços de manutenção (pós-venda).
- Serviços de trade marketing: a receita é reconhecida conforme preço fixo negociado na contraprestação de serviços de promoção de vendas (PDV), e demais serviços de marketing e apoio ao negócio.

Nas demonstrações financeiras consolidadas as receitas de vendas também estão líquidas das eliminações de vendas entre a Liq e suas subsidiárias, se houver.

4.20 Participação dos funcionários e administradores nos lucros: os funcionários têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente com os sindicatos, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. O montante da participação é reconhecido no resultado do período em que as metas são atingidas.

4.21 Custos e despesas: os custos e as despesas operacionais são registrados de acordo com o regime de competência estão representados principalmente por despesas com pessoal.

4.22 Receitas e despesas financeiras: as receitas financeiras abrangem os juros sobre montantes investidos, incluindo ativos financeiros disponíveis para venda, ganhos na

alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros e passivos financeiros, em casos de extinção de dívidas, mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem juros e correção monetária de empréstimos, financiamentos de outros passivos bem como variações cambiais.

4.23 Dividendos: o dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo circulante, por ser considerado uma obrigação legal prevista no estatuto social.

4.24 Demonstração do valor adicionado: As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidado, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas informações individuais e consolidadas.

4.25 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017.

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Alterações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa: Iniciativa de divulgação

As alterações exigem que as entidades apresentem divulgação das mutações em seu passivo decorrentes das atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais). A Companhia forneceu informações para o período atual na nota explicativa 34.

4.26 Novas normas e interpretações:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos do IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação

que estão sendo disponibilizadas em 2018, quando a Companhia passará a adotar IFRS 9.

Em geral, é esperado impacto no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, pela aplicação dos requisitos sobre a classificação e mensuração do IFRS 9. A Companhia designará suas debêntures reestruturadas, a valor justo por meio do resultado, gerando um impacto positivo no patrimônio líquido, conforme discutido abaixo.

a) Classificação e mensuração

A Companhia espera impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos aspectos de classificação e mensuração do IFRS 9. As debêntures renegociadas pela Companhia atualmente são mensuradas pelo custo amortizado, e como impactos da adoção da norma serão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado na data de sua aplicação inicial, os impactos esperados dessa aplicação são de aproximadamente R\$ 774.000, cujo valor líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social, é de aproximadamente R\$ 511.000 de impacto positivo no patrimônio líquido.

Conforme previsto na norma, para os passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado, a Companhia pode apresentar na rubrica de outros valores abrangentes, as variações do valor justo que são atribuídos as alterações no risco de crédito e o valor remanescente da variação do valor justo serão apresentados no resultado.

Empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

(b) Redução ao valor recuperável

Exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. A Companhia não espera impactos significativos pela adoção da norma.

(c) Contabilidade de hedge

A Companhia não possuiu nenhuma operação de contabilidade de Hedge registrada no final de 2017.

IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo. Em 2016, a Companhia realizou uma avaliação preliminar da IFRS 15, que foi continuada com uma análise mais detalhada concluída em 2017.

A Companhia atua no fornecimento de serviços de contact center (relacionamento com clientes, cobrança, vendas e retenção, entre outros) e de marketing promocional (trade marketing, treinamento e incentivo a vendas, entre outros).

(a) Venda de serviços

A Companhia concluiu que os serviços são prestados ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, de acordo com a IFRS 15, a Companhia continuaria a reconhecer a receita desses contratos de serviços/componentes de serviços de contratos agrupados ao longo do tempo, em vez fazê-lo de forma pontual.

Ao preparar-se para a adoção da IFRS 15, a Companhia está considerando o seguinte:

(i) Contraprestação variável

A Companhia reconhece a receita da venda de serviços ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de retornos e subvenções, descontos comerciais e abatimentos por volume.

A Companhia não espera impactos significativos pela adoção da nova norma.

(b) Adiantamentos recebidos de clientes

A Companhia recebe adiantamentos de curto ou longo prazo de seus clientes. Eles são apresentados como adiantamento de clientes no passivo.

(c) Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação e divulgação na IFRS 15 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor. As exigências de apresentação representam uma mudança significativa com relação à prática em vigor e aumentam significativamente o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Muitas das exigências de divulgação da IFRS 15 são novas, no entanto a Companhia avaliou que o impacto delas não será significativo.

IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos- e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de

utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entrará em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não havia sido concluído os trabalhos de avaliação de todos os efeitos que essas normas eventualmente podem trazer para a Companhia e suas controladas e, consequentemente, estamos impossibilitando de divulgar qualquer efeito nestas demonstrações financeiras.

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de crédito, liquidez e de mercado os quais são gerenciados ativamente em conformidade com a Política de Gestão de Risco Financeiro (“Política de Risco”).

A Política de Risco está sob a administração do Comitê Executivo, do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração e Diretoria Financeira, todos com papéis e responsabilidades claros e definidos, a saber:

Conselho de Administração: é o responsável pela aprovação da Política de Risco. Ademais, define os limites de tolerância aos diferentes riscos identificados como aceitáveis para a Companhia em nome de seus acionistas;

Comitê Financeiro: é responsável pela execução da Política de Risco, por meio da supervisão do processo de gestão de risco, do planejamento e verificação dos impactos das decisões implementadas, assim como da avaliação e aprovação das estratégias de hedge e monitoramento dos níveis de exposição aos riscos de forma a garantir o cumprimento da Política de Risco;

Comitê Executivo: é responsável pela avaliação do posicionamento da Companhia para cada risco identificado, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho de Administração; e

Diretoria Financeira: tem como tarefa primordial o monitoramento, avaliação e comunicação dos riscos financeiros incorridos pela Companhia. Ainda destaca-se da Política de Riscos a vedação à Companhia em contratar operações alavancadas em mercados derivativos, bem como a determinação que operações individuais de hedge estejam limitadas a 2,5% do patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia administra sua estrutura de capital para garantir a continuidade de suas operações e maximizar o retorno aos acionistas, por meio da otimização de uso de instrumentos de dívida e de capital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia incorreu em prejuízos consolidados de R\$ 386.383, patrimônio líquido consolidado negativo de R\$ 431.906 (R\$ 43.930 negativo em 31 de dezembro de 2016), prejuízos acumulados consolidados de R\$ 568.056 (R\$ 181.673 em 31 de dezembro de 2016). A Administração envidou esforços e ações para reestruturar e alongar o perfil da dívida, conforme detalhado na nota explicativa 1.

A Administração da Companhia acredita que os recursos financeiros disponíveis são suficientes para a sustentabilidade operacional da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e de investimentos nos próximos 12 meses.

5.1 Administração do risco de liquidez

A Companhia executou o plano de reestruturação da dívida com o objetivo de adequar o nível de endividamento, diminuir a alavancagem financeira de forma a aumentar sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações. Como diretriz, o endividamento bruto deve estar concentrado no longo prazo.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos da Companhia em 31 de dezembro de 2017:

Controladora							
31/12/2017							
Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2018	2019	2020	2021	2022	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	25.226	25.226	-	-	1.216	2.295	19.630
Fornecedores	1.799	1.799	1.799	-	-	-	-
Debêntures	1.029.089	1.029.089	26	1.238	22.161	44.976	915.712

Consolidado							
31/12/2017							
Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2018	2019	2020	2021	2022	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	187.078	187.078	58.848	26.115	25.969	26.443	44.928
Obrigações com arrendamento mercantil	2.981	2.981	1.186	1.077	718	-	-
Obrigações com arrendamento operacional	-	287.280	53.686	49.557	45.769	37.635	65.600
Fornecedores	146.418	146.418	146.418	-	-	-	-
Debêntures	1.029.089	1.029.089	26	1.238	22.161	44.976	915.712

5.2 Administração do risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado as contas a receber de clientes, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, o gerenciamento deste risco se dá conforme apresentado abaixo:

- O risco de crédito relacionado as contas a receber e provisões para perda do contas a receber é monitorado ativamente, por equipe dedicada, vide nota 9. A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições normais de mercado e risco. A Administração não antecipa o descumprimento dos acordos pelas contrapartes e, portanto, não vem exigindo garantias colaterais.
- O risco de crédito de depósitos à vista e aplicações financeiras está limitado às contrapartes, vide nota 8. A Companhia possui política vigente estabelecendo que este tipo de operação somente será contratada junto a instituições financeiras, com classificação de risco por agência conceituada melhor ou igual a “A-”.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha saldos de depósitos à vista e aplicações financeiras com as seguintes instituições financeiras.

País	Instituição financeira
Argentina	Banco HSBC
Brasil	Banco do Brasil, Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco Safra, Banco Itaú, Banco Santander, Banco Votorantim.

5.3 Administração do risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as estimativas baseadas em projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), em 31 de dezembro de 2017. Tais estimativas indicam as seguintes taxas como cenário provável:

Índice	Taxa estimada como cenário provável
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"	5% a 7%
Índice de Preços ao Consumidor Amplo - "IPCA"	3,5% a 4,5%
Taxa de Juros de Longo Prazo - "TJLP"	5% a 7%

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de variação com relação a taxa do cenário provável.

Controladora						
31/12/2017						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	1.047	Queda CDI	7,00%	974	955	937
Debêntures - 1ª Emissão Série Única	(20.732)	Aumento CDI	7,00%	(22.183)	(22.546)	(22.909)
Debêntures - 1ª Emissão 1ª Série	(238.621)	Aumento CDI	7,00%	(255.324)	(259.500)	(263.676)
Debêntures - 2ª Emissão 1ª Série	(36.855)	Aumento CDI	7,00%	(39.435)	(40.080)	(40.725)
Debêntures - 3ª Emissão Série Única	(337.197)	Aumento CDI	7,00%	(360.801)	(366.702)	(372.603)
Debêntures - 4ª Emissão 1ª Série	(56.373)	Aumento CDI	7,00%	(60.319)	(61.306)	(62.292)
Debêntures - 4ª Emissão 2ª Série	(63.350)	Aumento CDI	7,00%	(67.785)	(68.893)	(70.002)
Debêntures - 1ª Emissão 2ª Série	(275.942)	Aumento IPCA	7,00%	(295.258)	(300.087)	(304.916)
Debêntures - 2ª Emissão 2ª Série	(19)	Aumento TJLP	3,90%	(20)	(20)	(20)
Empréstimos - ICD Banco do Brasil	(25.226)	Aumento CDI	7,00%	(26.992)	(27.433)	(27.875)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(73.875)	(92.344)	(110.813)
Consolidado						
31/12/2017						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	177.584	Queda CDI	7,00%	165.153	162.045	158.938
Debêntures - 1ª Emissão Série Única	(20.732)	Aumento CDI	7,00%	(22.183)	(22.546)	(22.909)
Debêntures - 1ª Emissão 1ª Série	(238.621)	Aumento CDI	7,00%	(255.324)	(259.500)	(263.676)
Debêntures - 2ª Emissão 1ª Série	(36.855)	Aumento CDI	7,00%	(39.435)	(40.080)	(40.725)
Debêntures - 3ª Emissão Série Única	(337.197)	Aumento CDI	7,00%	(360.801)	(366.702)	(372.603)
Debêntures - 4ª Emissão 1ª Série	(56.373)	Aumento CDI	7,00%	(60.319)	(61.306)	(62.292)
Debêntures - 4ª Emissão 2ª Série	(63.350)	Aumento CDI	7,00%	(67.785)	(68.893)	(70.002)
Debêntures - 1ª Emissão 2ª Série	(275.942)	Aumento IPCA	3,90%	(286.704)	(289.394)	(292.085)
Debêntures - 2ª Emissão 2ª Série	(19)	Aumento TJLP	7,00%	(20)	(21)	(21)
Empréstimos - BNDES - PSI	(418)	Aumento CDI	7,00%	(447)	(455)	(462)
Empréstimos - BNDES - Itaú Prosoft I	(22.230)	Aumento TJLP	3,90%	(23.097)	(23.314)	(23.530)
Empréstimos - BNDES - Itaú Prosoft II	(29.493)	Aumento Selic	7,00%	(31.558)	(32.074)	(32.590)
Empréstimos - Safra	(33.265)	Aumento CDI	7,00%	(35.594)	(36.176)	(36.758)
Empréstimos - Itaú	(23.133)	Aumento CDI	7,00%	(24.752)	(25.157)	(25.562)
Empréstimos - CCB Itaú - BNDES	(9.044)	Aumento CDI	7,00%	(9.677)	(9.835)	(9.994)
Empréstimos - TCD Santander	(32.524)	Aumento CDI	7,00%	(34.801)	(35.370)	(35.939)
Empréstimos - ICD Banco do Brasil	(25.226)	Aumento CDI	7,00%	(26.992)	(27.433)	(27.875)
Empréstimos - ICD Societé	(11.745)	Aumento CDI	7,00%	(12.567)	(12.773)	(12.978)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(88.320)	(110.401)	(132.480)

5.4 Administração de riscos cambiais

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
	Exposição total	
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	721	11.452
Contas a receber de clientes	-	58
Mútuo	10.486	-
Fornecedores	-	(154)
Outros ativos e passivos, líquidos	905	(31)
	<u>12.112</u>	<u>11.325</u>
Exposição cambial impactando o patrimônio líquido (em US\$)	3.662	3.474
Exposição cambial em moeda estrangeira (em US\$)	<u>3.662</u>	<u>3.474</u>

5.5 Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria – exceto derivativos

A posição dos instrumentos financeiros, exceto derivativos, em aberto na data de encerramento destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas está demonstrada a seguir:

	Controladora				Controladora			
	31/12/2017				31/12/2016			
	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros	Valor justo por meio de resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros	Valor justo por meio de resultado	Total
Ativos								
Custo amortizado								
Caixa e equivalentes de caixa	1.100	-	7	1.107	132	-	6.628	6.760
Saldo a receber de partes relacionadas	1.073.001	-	-	1.073.001	1.003.478	-	-	1.003.478
Passivos								
Custo amortizado								
Fornecedores	-	(1.799)	-	(1.799)	-	(1.202)	-	(1.202)
Saldo a pagar de partes relacionadas	-	(14.083)	-	(14.083)	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos								
Moeda nacional	-	(25.226)	-	(25.226)	-	-	-	-
Debêntures	-	(1.029.089)	-	(1.029.089)	-	(1.162.016)	-	(1.162.016)
	<u>1.074.101</u>	<u>(1.070.197)</u>	<u>7</u>	<u>3.911</u>	<u>1.003.610</u>	<u>(1.163.218)</u>	<u>6.628</u>	<u>(152.980)</u>

	Consolidado				Consolidado			
	31/12/2017				31/12/2016			
					Reapresentado			
	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros	Valor justo por meio de resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros	Valor justo por meio de resultado	Total
Ativos								
Custo amortizado								
Caixa e equivalentes de caixa	131.447	-	75.069	206.516	111.988	-	211.935	323.923
Contas a receber	414.604	-	-	414.604	448.216	-	-	448.216
Passivos								
Custo amortizado								
Debêntures	-	(1.029.089)	-	(1.029.089)	-	(1.162.016)	-	(1.162.016)
Empréstimos e financiamentos								
Moeda nacional	-	(175.337)	-	(175.337)	-	(264.019)	-	(264.019)
Risco Sacado	-	(11.741)	-	(11.741)	-	-	-	-
Fornecedores	-	(146.418)	-	(146.418)	-	(159.452)	-	(159.452)
Antecipação de fornecedores	-	-	-	-	-	(66.774)	-	(66.774)
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	-	(2.981)	-	(2.981)	-	(6.912)	-	(6.912)
	<u>546.051</u>	<u>(1.365.566)</u>	<u>75.069</u>	<u>(744.446)</u>	<u>560.204</u>	<u>(1.659.173)</u>	<u>211.935</u>	<u>(887.034)</u>

5.6 Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção (hedge) ou de caráter especulativo.

5.7 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia divulga seus ativos e passivos financeiros, quando requerido e aplicável, a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos na Deliberação CVM nº 699/12, que envolve os seguintes aspectos:

- O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; e
- Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem técnicas de avaliação adotadas pela Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 — Preços cotados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 — Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e
- Nível 3 — Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis.

A Companhia não possui, em 31 de dezembro de 2017, instrumentos financeiros ativos e passivos marcados a mercado.

5.8 Comparação entre valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2017		31/12/2016	
<u>Ativos financeiros</u>				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	1.107	1.107	6.760	6.760
Saldo a receber de partes relacionadas	1.073.001	1.073.001	1.003.478	1.003.478
Total dos ativos financeiros	<u>1.074.108</u>	<u>1.074.108</u>	<u>1.010.238</u>	<u>1.010.238</u>

Passivos financeiros

Ao custo amortizado:				
Debêntures	1.029.089	255.028	1.161.001	1.161.001
Derivativos	-	-	1.015	1.015
Empréstimos e financiamentos	25.226	25.226	-	-
Fornecedores	1.799	1.799	1.202	1.202
Saldo a pagar à partes relacionadas	14.083	14.083	-	-
Total dos passivos financeiros	<u>1.070.197</u>	<u>296.136</u>	<u>1.163.218</u>	<u>1.163.218</u>

	Consolidado			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2017		Reapresentado	31/12/2016
<u>Ativos financeiros</u>				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	206.516	206.516	323.923	323.923
Contas a receber de clientes	414.604	414.604	448.216	448.216
Outros recebíveis	20.950	20.950	20.760	20.760
Total dos ativos financeiros	<u>642.070</u>	<u>642.070</u>	<u>792.899</u>	<u>792.899</u>

Passivos financeiros

Ao custo amortizado:				
Debêntures	1.029.089	255.028	1.161.001	1.161.001
Empréstimos e financiamentos	187.078	158.626	264.019	264.019
Derivativos	-	-	1.015	1.015
Fornecedores	146.418	146.418	159.452	159.452
Programa de reestruturação de fornecedores	-	-	66.774	66.774
Obrigações com arrendamento mercantil	2.981	2.981	6.912	6.912
Total dos passivos financeiros	<u>1.365.566</u>	<u>563.053</u>	<u>1.659.173</u>	<u>1.659.173</u>

6 REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Após a autorização para a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração da Companhia identificou incorreções de exercícios anteriores em suas demonstrações financeiras em decorrência do tratamento contábil dispensado a determinados ágios gerados em aquisições de controladas, reclassificações entre contas patrimoniais e outros ajustes e, procedeu a sua correção em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, sendo realizada a reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Abaixo descrevemos o resumo de cada ajuste e reclassificação efetuada:

- (a) Reclassificação de tributos diferidos passivos apresentados de forma líquida, reduzindo o ágio nas demonstrações financeiras no montante de R\$25.284;
- (b) Redução de investimentos em decorrência de ajustes identificados em controladas no montante de (R\$ 52.396) em 01 de janeiro de 2016 e (R\$56.760) em 31 de dezembro de 2016;
- (c) Baixa do ágio da Liq Corp S.A. (anteriormente denominada Contax Mobitel S.A.), no montante de (R\$31.396) em decorrência de incorporação reversa;
- (d) Registro do benefício fiscal do IR e CS diferido no montante de R\$10.675, já tendo sido amortizado o montante de (R\$3.024) em 01 de janeiro de 2016 e (R\$5.159) em 31 de dezembro de 2016.
- (e) Apresentação de forma líquida dos saldos de IR e CS diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas no montante de (R\$73.103) em 01 de janeiro de 2016 e (R\$33.808) em 31 de dezembro de 2016;
- (f) Provisão em decorrência de utilização de benefício fiscal pela amortização de ágio no montante de R\$30.345;
- (g) Atualização monetária de provisão no montante de R\$3.377 em 31 de dezembro de 2016;
- (h) Reclassificação de adiantamento de clientes no montante de R\$61.440;
- (i) Constituição de IR e CS diferido sobre provisão constituída no montante de R\$1.694 em 01 de janeiro de 2016 e R\$2.842 em 31 de dezembro de 2016;
- (j) Apresentação de forma líquida dos saldos de IR e CS diferidos nas demonstrações financeiras individuais no montante de (R\$18.613) em 31 de dezembro de 2016;
- (k) Efeito de equivalência patrimonial sobre os ajustes identificados em controladas no montante de (R\$4.364);
- (l) Reclassificação de Imposto de Renda e Contribuição Social retidos de notas fiscais de serviços prestados para a rubrica de IR e CS a recuperar no valor de R\$831 nas demonstrações financeiras individuais e R\$11.016 nas demonstrações financeiras consolidadas;
- (m) Efeito de IR e CS diferido sobre diferenças temporárias no montante de (R\$987) em 31 de dezembro de 2016;
- (n) Efeito dos ajustes identificados acima em prejuízos acumulados;
- (o) Reclassificação entre grupos.

Balanço Patrimonial

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	01/01/2016 Apresentado originalmente	Ajuste	01/01/2016 Reapresentado	01/01/2016 Apresentado originalmente	Ajuste	01/01/2016 Reapresentado
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	6.743	-	6.743	369.517	-	369.517
Contas a receber de clientes	-	-	-	328.496	-	328.496
Saldos a receber de partes relacionadas	636.233	-	636.233	-	-	-
Tributos a recuperar	1.744	-	1.744	59.235	-	59.235
IR e CS a recuperar	9.959	-	9.959	56.880	-	56.880
Depósitos judiciais	-	-	-	23.111	-	23.111
Despesas antecipadas e demais ativos	4.874	-	4.874	26.656	-	26.656
Total do ativo circulante	659.553	-	659.553	863.895	-	863.895
Depósitos judiciais	485	-	485	286.031	-	286.031
Tributos a recuperar	-	-	-	487	-	487
IR e CS a recuperar	-	-	-	249	-	249
IR e CS Diferidos	-	-	-	311.372	(63.758) (d)/(e)/(i)	247.614
Saldos a receber de partes relacionadas	513.884	-	513.884	-	-	-
Despesas antecipadas e demais ativos	-	-	-	30.188	-	30.188
Investimentos	142.545	(27.112) (a)/(b)	115.433	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	373.298	-	373.298
Intangível	-	-	-	755.848	(6.112) (a)/(c)	749.736
Total do ativo não circulante	656.914	(27.112)	629.802	1.757.473	(69.870)	1.687.603
Total do Ativo	1.316.467	(27.112)	1.289.355	2.621.368	(69.870)	2.551.498

Balanço Patrimonial

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	01/01/2016 Apresentado originalmente	Ajuste	01/01/2016 Reapresentado	01/01/2016 Apresentado originalmente	Ajuste	01/01/2016 Reapresentado
Passivo						
Debentures	696.756	-	696.756	696.756	-	696.756
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	161.308	-	161.308
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	-	2.014	-	2.014
Fornecedores	1.661	-	1.661	243.049	-	243.049
Antecipação de fornecedores	-	-	-	63.124	-	63.124
Salários, encargos sociais e benefícios	287	-	287	278.857	-	278.857
Tributos a recolher	931	-	931	71.542	-	71.542
IR e CS a recolher	-	-	-	16.136	-	16.136
Provisão para contingências	-	-	-	15.768	-	15.768
Dividendos a pagar	25.862	-	25.862	25.862	-	25.862
Saldos a pagar à partes relacionadas	17.505	-	17.505	-	-	-
Contraprestação contingente	-	-	-	227	-	227
Demais obrigações	-	-	-	15.156	-	15.156
Total do passivo circulante	743.002	-	743.002	1.589.799	-	1.589.799
Debentures	400.100	-	400.100	400.100	-	400.100
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	305.187	-	305.187
Provisão para contingências	-	-	-	94.693	30.345 (f)	125.038
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	-	6.965	-	6.965
Tributos a recolher	-	-	-	1.897	-	1.897
IR e CS diferidos a recolher	2.672	25.284 (a)	27.956	47.819	(47.819) (a)/(e)	-
Demais obrigações	-	-	-	4.214	-	4.214
Total do passivo não circulante	402.772	25.284	428.056	860.875	(17.474)	843.401
Capital social	181.638	-	181.638	181.638	-	181.638
Outras reservas	(33.237)	10.675 (d)	(22.562)	(33.237)	10.675 (d)	(22.562)
Ações em tesouraria	(20.097)	-	(20.097)	(20.097)	-	(20.097)
Outros resultados abrangentes	82.692	-	82.692	82.692	-	82.692
Prejuízo acumulado	(40.303)	(63.071) (n)	(103.374)	(40.303)	(63.071) (n)	(103.374)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	170.693	(52.396)	118.297	170.693	(52.396)	118.297
Participação de não controladores	-	-	-	1	-	1
Total do patrimônio líquido	170.693	(52.396)	118.297	170.694	(52.396)	118.298
Total do Passivo	1.316.467	(27.112)	1.289.355	2.621.368	(69.870)	2.551.498

Balanço Patrimonial

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2016 Apresentado originalmente	Ajuste	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2016 Apresentado originalmente	Ajuste	31/12/2016 Reapresentado
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	6.760	-	6.760	323.923	-	323.923
Contas a receber de clientes	-	-	-	386.776	61.440 (h)	448.216
Saldos a receber de partes relacionadas	255.103	-	255.103	-	-	-
Tributos a recuperar	858	(831) (l)	27	66.375	(11.016) (l)	55.359
IR e CS a recuperar	8.372	831 (l)	9.203	44.168	11.016 (l)	55.184
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-
Despesas antecipadas e demais ativos	1.105	-	1.105	26.689	-	26.689
Total do ativo circulante	272.198	-	272.198	847.931	61.440	909.371
Depósitos judiciais	7.126	-	7.126	359.509	-	359.509
Tributos a recuperar	-	-	-	2.774	-	2.774
IR e CS a recuperar	-	-	-	-	-	-
IR e CS Diferidos	18.613	(18.613) (j)	-	337.260	(25.450) (d)/(e)/(i)	311.810
Saldos a receber de partes relacionadas	748.375	-	748.375	-	-	-
Despesas antecipadas e demais ativos	-	-	-	31.766	-	31.766
Investimentos	155.043	(31.476) (a)/(b)	123.567	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	150.529	-	150.529
Intangível	-	-	-	412.887	(6.112) (a)/(c)	406.775
Total do ativo não circulante	929.157	(50.089)	879.068	1.294.725	(31.562)	1.263.163
Total do Ativo	1.201.355	(50.089)	1.151.266	2.142.656	29.878	2.172.534

Balanço Patrimonial

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2016 Apresentado originalmente	Ajuste	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2016 Apresentado originalmente	Ajuste	31/12/2016 Reapresentado
Passivo						
Debentures	5.036	-	5.036	5.036	-	5.036
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	57.317	-	57.317
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	-	1.966	-	1.966
Fornecedores	1.202	-	1.202	159.452	-	159.452
Antecipação de fornecedores	-	-	-	66.774	-	66.774
Salários, encargos sociais e benefícios	448	-	448	214.809	-	214.809
Tributos a recolher	1.245	-	1.245	58.287	-	58.287
IR e CS a recolher	-	-	-	18.429	-	18.429
Provisão para contingências	-	-	-	91	-	91
Dividendos a pagar	20.723	-	20.723	20.723	-	20.723
Contraprestação contingente	-	-	-	227	(227) (o)	-
Demais obrigações	-	-	-	5.711	227 (o)	5.938
Total do passivo circulante	28.654	-	28.654	608.822	-	608.822
Debentures	1.156.980	-	1.156.980	1.156.980	-	1.156.980
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	206.702	-	206.702
Provisão para contingências	220	-	220	140.085	33.722 (f)/(g)	173.807
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	-	4.946	-	4.946
Encargos sociais sobre salários	-	-	-	559	(559) (p)	-
Tributos a recolher	106	-	106	1.100	-	1.100
IR e CS diferidos a recolher	2.565	6.671 (a)/(j)	9.236	8.524	(8.524) (a)/(e)	-
Demais obrigações	-	-	-	2.107	61.999 (h)/(o)	64.106
Total do passivo não circulante	1.159.871	6.671	1.166.542	1.521.003	86.638	1.607.641
Capital social	188.866	-	188.866	188.866	-	188.866
Outras reservas	(33.162)	10.600 (d)/(o)	(22.562)	(33.162)	10.600 (d)/(o)	(22.562)
Ações em tesouraria	(20.097)	75 (o)	(20.022)	(20.097)	75 (o)	(20.022)
Outros resultados abrangentes	(8.539)	-	(8.539)	(8.539)	-	(8.539)
Prejuízo acumulado	(114.238)	(67.435) (n)	(181.673)	(114.238)	(67.435) (n)	(181.673)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	12.830	(56.760)	(43.930)	12.830	(56.760)	(43.930)
Participação de não controladores	-	-	-	1	-	1
Total do patrimônio líquido	12.830	(56.760)	(43.930)	12.831	(56.760)	(43.929)
Total do Passivo	1.201.355	(50.089)	1.151.266	2.142.656	29.878	2.172.534

Demonstrações dos resultados

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2016 Apresentado originalmente	Ajuste	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2016 Apresentado originalmente	Ajuste	31/12/2016 Reapresentado
Operações em continuidade						
Resultado						
Receita operacional líquida	-	-	-	2.042.605	-	2.042.605
Custos dos serviços prestados	-	-	-	(1.948.171)	-	(1.948.171)
Lucro operacional bruto	-	-	-	94.434	-	94.434
Receitas (despesas) operacionais						
Comerciais	-	-	-	(3.133)	-	(3.133)
Gerais e administrativas	(19.035)	-	(19.035)	(245.011)	-	(245.011)
Pagamento baseado em ações	(75)	-	(75)	(75)	-	(75)
Resultado de equivalência patrimonial	(239.706)	(4.364) (k)	(244.070)	-	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(5.010)	-	(5.010)	13.213	-	13.213
	(263.826)	(4.364)	(268.190)	(140.572)	-	(140.572)
Receitas financeiras	143.151	-	143.151	88.513	-	88.513
Despesas financeiras	(173.777)	-	(173.777)	(260.881)	(3.377) (g)	(264.258)
	(30.626)	-	(30.626)	(172.368)	(3.377)	(175.745)
(Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(294.452)	(4.364)	(298.816)	(312.940)	(3.377)	(316.317)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	-	(12.537)	-	(12.537)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	18.613	-	18.613	116.112	(987) (m)	115.125
	18.613	-	18.613	103.575	(987)	102.588
(Prejuízo) das operações em continuidade	(275.839)	(4.364)	(280.203)	(209.365)	(4.364)	(213.729)
Operações descontinuadas						
Resultado das operações descontinuadas antes do IR e CS	201.904	-	201.904	201.904	-	201.904
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	-	(68.647)	-	(68.647)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	-	-	2.173	-	2.173
	-	-	-	(66.474)	-	(66.474)
(Prejuízo) das operações descontinuadas	201.904	-	201.904	135.430	-	135.430
(Prejuízo) do exercício	(73.935)	(4.364)	(78.299)	(73.935)	(4.364)	(78.299)

Demonstração resumida do resultado abrangente

	<u>Controladora e Consolidado</u>
	31/12/2016
	<u>reapresentado</u>
Prejuízo do exercício	(78.299)
Outros resultados abrangentes:	
Diferença de câmbio na conversão de operações	(91.231)
no exterior:	
Divisão 'Allus'	(85.473)
Outras	(5.758)
Resultado abrangente total do exercício	<u>(169.530)</u>
Resultado abrangente total atribuído a:	
Acionistas Controladores	<u>(169.530)</u>
	<u>(169.530)</u>

Demonstração resumida da mutação do patrimônio líquido

	Controladora e Consolidado
<i>Patrimônio líquido em 01/01/2016 - Apresentado originalmente</i>	170.693
Correção de erros	
Reserva especial de ágio	10.675
Baixa de ágio em incorporação reversa	(31.396)
Realização de IR e CS diferido sobre benefício fiscal gerado	(3.024)
Provisão em decorrência de benefício fiscal amortizado	(30.345)
IR e CS diferido sobre provisão constituída	1.694
Patrimônio líquido em 01/01/2016 - reapresentado	118.297
	Controladora e consolidado
<i>Patrimônio líquido em 31/12/2016 - Apresentado originalmente</i>	12.830
Correção de erros	
Constituição de reserva especial de ágio	10.675
Baixa de ágio em incorporação reversa	(31.396)
Realização de IR e CS diferido sobre benefício fiscal gerado	(5.159)
Provisão em decorrência de benefício fiscal amortizado	(30.345)
Atualização de provisão constituída	(3.377)
IR e CS diferido sobre provisão constituída	2.842
Patrimônio líquido em 31/12/2016 - reapresentado	(43.930)

Demonstração resumida do valor adicionado

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2016			31/12/2016	31/12/2016			31/12/2016
	Apresentado originalmente	Ajuste	Reclassificação (o)	Reapresentado	Apresentado originalmente	Ajuste	Reclassificação (o)	Reapresentado
Receitas	-	-	-	-	2.871.482	-	102	2.871.585
Insumos adquiridos de terceiros	(18.549)	-	(3.620)	(22.169)	(669.121)	-	(39.019)	(708.140)
Valor adicionado bruto	(18.549)	-	(3.620)	(22.169)	2.202.361	-	(38.917)	2.163.445
Depreciação e amortização	-	-	-	-	(164.944)	-	-	(164.944)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(18.549)	-	(3.620)	(22.169)	2.037.417	-	(38.917)	1.998.501
Valor adicionado recebido em transferência								
Resultado de equivalência patrimonial	(37.802)	(4.364) (k)	-	(42.166)	-	-	-	-
Receitas financeiras	143.151	-	-	143.151	88.513	-	-	88.513
Valor adicionado total a distribuir	86.800	(4.364)	(3.620)	78.816	2.125.930	-	(38.917)	2.087.014
Pessoal	6.205	-	(4.693)	1.512	1.543.544	-	(47.963)	1.495.581
Impostos, taxas e contribuições	(15.278)	-	(122)	(15.400)	294.535	987 (m)	4.278	299.800
Remuneração de capitais de terceiros	169.808	-	1.195	171.003	361.786	3.377 (g)	4.768	369.932
Remuneração de capitais próprios								
(Prejuízo) do exercício	(73.935)	(4.364)	-	(78.299)	(73.935)	(4.364) (k)	-	(78.299)
Valor adicionado distribuído	86.800	(4.364)	(3.620)	78.816	2.125.930	-	(38.917)	2.087.014

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016		31/12/2016	31/12/2016		31/12/2016
	Apresentado originalmente	Ajuste	Reapresentado	Apresentado originalmente	Ajuste	Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
(Prejuízo) do exercício	(73.935)	(4.364) (k)	(78.299)	(73.935)	(4.364) (k)	(78.299)
Ajustes ao (prejuízo) líquido:						
Depreciação e amortização	-	-	-	173.084	-	173.084
(Reversão) provisão para liquidação de créditos duvidosos	-	-	-	(1.496)	-	(1.496)
Resultado de equivalência patrimonial	37.802	4.364 (k)	42.166	-	-	-
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	-	-	-	2.648	-	2.648
(Reversão) provisão de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	220	-	220	28.555	-	28.555
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.720)	-	(18.720)	(116.112)	987 (m)	(115.125)
Ganho na venda de operação descontinuada	-	-	-	(135.430)	-	(135.430)
Ganho (perda) com juros e variação monetária, líquidos	23.749	-	23.749	196.212	3.377 (g)	199.589
Despesas com instrumentos patrimoniais outorgados	75	-	75	75	-	75
Variações no capital circulante e não circulante:						
Contas a receber de clientes	-	-	-	(232.603)	(61.440) (h)	(294.043)
Tributos a recuperar	886	831 (l)	1.717	(36.479)	11.016 (l)	(25.463)
IR e CS a recuperar	1.587	(831) (l)	756	12.961	(11.016) (l)	1.945
Despesas antecipadas e demais ativos	3.769	-	3.769	(157.118)	-	(157.118)
Depósitos judiciais	(6.423)	-	(6.423)	(38.864)	-	(38.864)
Salários, encargos sociais e benefícios	161	-	161	3.023	-	3.023
Fornecedores	(459)	-	(459)	(60.944)	-	(60.944)
Antecipação de fornecedores	-	-	-	3.650	-	3.650
Tributos a recolher	420	-	420	8.051	-	8.051
IR e CS a recolher	-	-	-	2.293	-	2.293
Demais obrigações	-	-	-	7.612	61.440 (h)	69.052
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	<u>(30.868)</u>	<u>-</u>	<u>(30.868)</u>	<u>(414.817)</u>	<u>-</u>	<u>(414.817)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	-	3.393	-	3.393
Aquisição de ativo imobilizado/intangível	-	-	-	(26.815)	-	(26.815)
Recebimento de transações com partes relacionadas	259.907	-	259.907	-	-	-
Recebimento de juros de partes relacionadas	27.374	-	27.374	-	-	-
Caixa recebido em operação descontinuada	-	-	-	555.756	-	555.756
Aumento de capital	(141.531)	-	(141.531)	-	-	-
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimentos	<u>145.750</u>	<u>-</u>	<u>145.750</u>	<u>532.334</u>	<u>-</u>	<u>532.334</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS						
Pagamento de arrendamento mercantil	-	-	-	(2.008)	-	(2.008)
Empréstimos obtidos	-	-	-	78.014	-	78.014
Pagamentos de empréstimos	-	-	-	(119.970)	-	(119.970)
Captação de debêntures	100.843	-	100.843	100.843	-	100.843
Amortização debêntures principal	(172.918)	-	(172.918)	(172.918)	-	(172.918)
Mútuo com partes relacionadas	(17.505)	-	(17.505)	-	-	-
Dividendos mínimos e adicionais pagos	(7.228)	-	(7.228)	(7.228)	-	(7.228)
Aumento Capital	7.228	-	7.228	7.228	-	7.228
Juros pagos	(25.285)	-	(25.285)	(45.353)	-	(45.353)
Caixa (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(114.865)</u>	<u>-</u>	<u>(114.865)</u>	<u>(161.392)</u>	<u>-</u>	<u>(161.392)</u>
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(1.719)	-	(1.719)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>17</u>	<u>(45.594)</u>	<u>-</u>	<u>(45.594)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.743	-	6.743	369.517	-	369.517
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.760	-	6.760	323.923	-	323.923

7 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Com base no CPC 22, os segmentos operacionais da Companhia não atingem os critérios mínimos quantitativos para divulgação, e não foram considerados significativos para sua apresentação de forma separada.

8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e contas bancárias	60	132	28.932	30.689
Aplicações financeiras	1.047	6.628	177.584	293.234
Total	1.107	6.760	206.516	323.923

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a aplicações compromissadas e CDB, com rentabilidade próxima a 100% do CDI, e embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração nem perda significativa de valor. Essas aplicações são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDO

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
		Reapresentado
Terceiros no país	430.243	449.563
Terceiros no exterior	-	58
(-) Ajuste a valor presente de clientes (a)	(12.643)	-
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.996)	(1.405)
	414.604	448.216
Circulante	323.686	448.216
Não circulante	90.918	-

(a) Ajuste a valor presente dos saldos em recuperação judicial de cliente (vide nota 9.2), cuja, contrapartida foi registrada no resultado período como despesas financeiras.

A composição dos valores das contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

		Consolidado
		31/12/2016
	31/12/2017	Reapresentado
A vencer	263.255	278.805
Vencidos até 30 dias	49.760	61.393
Vencidos de 31 a 60 dias	576	8.795
Vencidos de 61 a 90 dias	1.145	3.144
Vencidos de 91 a 180 dias	9.376	23.730
Vencidos acima de 180 dias (a)	93.488	73.754
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.996)	(1.405)
	<u>414.604</u>	<u>448.216</u>

(a) Conforme descrito na nota explicativa 9.2 abaixo, parte desse montante refere-se a contas a receber com a "OI" que encontra-se em recuperação judicial.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.405)
Constituição	(1.625)
Reversão	34
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(2.996)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(2.901)
Reversão	1.496
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(1.405)</u>

A Administração analisou o risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber e ajustou sua provisão para crédito de liquidação duvidosa. A administração acredita que a provisão ora registrada é suficiente para cobertura de eventuais perdas.

9.1 Principais Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os clientes responsáveis por mais de 5% de participação da receita bruta estão demonstrados abaixo:

		Consolidado
		% Receita Bruta
Cliente	31/12/2017	31/12/2016
Oi	52,54%	56,73%
Santander	10,95%	8,46%
América Movil	9,81%	7,36%
Itau	7,58%	9,18%

9.2 Valores a receber de cliente em recuperação judicial

Em 20 de junho de 2016, a OI S.A. em conjunto com suas subsidiárias protocolaram pedido de recuperação judicial (“RJ”) perante a comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para reestruturar seu endividamento e preservar a continuidade de seus negócios.

Em 20 de dezembro de 2017, foi apresentado o plano de recuperação judicial e aprovado em Assembleia expressiva de credores, fornecedores e parceiros e homologado pela justiça em 08 de janeiro de 2018.

Conforme estabelecido em Assembleia e homologado pela Justiça, sobre o saldo a receber houve um desconto a título de perdão de dívida que será reajustado anualmente pela TR + 0,5% de 10% (R\$ 11.507) registrado no resultado da Companhia no grupo de Outras (despesa) Receitas Operacionais líquida. Os pagamentos serão feitos em 4 parcelas iguais e consecutivas sempre no último dia útil do ano, com início em 2019 até 2022. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia efetuou um ajuste a valor presente (AVP) no valor de R\$ 12.643 considerando uma taxa de desconto de 6,89%.

A Companhia está discutindo com a OI para que seja excluído do âmbito da recuperação judicial da Oi o valor de R\$ 9.086 uma vez que este valor estaria fora do escopo dos valores em Recuperação Judicial.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía um saldo remanescente de contas a receber referente ao período anterior ao pedido de recuperação judicial no valor de R\$ 90.918 (R\$ 66.543 em 31 de dezembro de 2016).

Para os serviços prestados a partir de 20 de junho de 2016 a Companhia está recebendo normalmente os valores devidos pela Oi, em linha com o fato relevante divulgado pela Oi em 20 de junho de 2016 que divulga que manteria normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas, esclarecendo que a recuperação judicial foi adotada, entre outros motivos, para preservar a oferta de serviços e do valor de suas empresas, bem como para a continuidade de seu negócio e proteção organizada de seu caixa. Em 31 de dezembro de 2017, possuímos com o Grupo Oi um contas a receber de R\$ 131.745 (cento e trinta e um milhões, setecentos e quarenta e cinco mil reais), movimentos gerados após o dia 20 de junho de 2016.

10 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
PIS E COFINS	34	27	1.095	12.497
INSS a recuperar	-	-	17.207	37.255
ISS a recuperar	-	-	643	7.512
IVA	-	-	-	869
Outros Impostos	-	-	1.151	-
	<u>34</u>	<u>27</u>	<u>20.096</u>	<u>58.133</u>
Circulante	34	27	17.870	55.359
Não circulante	-	-	2.226	2.774

11 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributária	10.937	5.047	152.944	131.106
Trabalhistas	387	387	244.067	226.423
Cíveis	102	1.692	2.847	1.980
	<u>11.426</u>	<u>7.126</u>	<u>399.858</u>	<u>359.509</u>
Não circulante	11.426	7.126	399.858	359.509

A movimentação de depósitos judiciais no exercício demonstrada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2016	Adições	Reversões e Baixas	Atualização monetária
Fiscais	5.047	5.181	-	709
Trabalhistas	387	133	(133)	-
Cíveis	1.692	-	(1.590)	-
Total	<u>7.126</u>	<u>5.314</u>	<u>(1.723)</u>	<u>709</u>
Não Circulante	7.126			11.426

					Consolidado
	31/12/2016	Adições	Reversões e Baixas	Atualização monetária	31/12/2017
Fiscais	131.106	14.355	-	7.483	152.944
Trabalhistas	226.423	84.956	(67.414)	102	244.067
Cíveis	1.980	2.259	(1.590)	198	2.847
Total	359.509	101.570	(69.004)	7.783	399.858
Não Circulante	359.509				399.858

12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

12.1 Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Ativo				
IRPJ a recuperar	12.063	8.663	28.723	38.730
CSLL a recuperar	103	540	13.977	16.454
	<u>12.166</u>	<u>9.203</u>	<u>42.700</u>	<u>55.184</u>
Passivo				
IRPJ a recolher	-	-	-	(15.299)
CSLL a recolher	-	-	-	(3.130)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18.429)</u>

12.2 Período estimado de realização

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico, ajustados com base nas estimativas das principais adições e exclusões fiscais.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração realizou estudos técnicos de viabilidade que foram aprovados pelos órgãos de Administração, indicando a realização parcial do prejuízo fiscal e base negativa de Imposto de Renda e Contribuição Social até o exercício de 2027, conforme a seguir:

	<u>Consolidado</u>
2018	-
2019	-
2020	-
2021	-
2022	3.912
2023	7.222
2024	9.973
2025	10.870
2026	11.453
2027	11.477
	<u>54.907</u>

A movimentação dos ativos fiscais diferidos é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
IR e CS diferido ativo	18.613	345.618
IR e CS diferido passivo	(27.849)	(33.808)
IR e CS diferido, líquido - 31/12/2016	(9.236)	311.810
Compensação PRT	-	(49.569)
Reversão IRPJ / CSLL sobre Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(18.440)	(148.192)
Baixa IRPJ / CSLL diferido pela incorporação da TODO	-	(16.980)
Realização amortização fiscal do ágio	-	(5.928)
Constituição / (utilização) durante o exercício - Temporárias	(60.321)	(69.493)
Saldo final - 31/12/2017	(87.997)	21.648
IR e CS diferido ativo	490	169.187
IR e CS diferido passivo	(88.487)	(147.539)
IR e CS diferido, líquido - 31/12/2017	(87.997)	21.648
Efeito no resultado	(78.761)	(240.594)

Em maio de 2017, a Companhia aderiu ao programa de regularização tributária "PRT" que permitiu quitar parte de débitos de natureza tributária e parcelamentos vigentes com utilização de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa da CSLL, gerando uma redução no ativo fiscal diferido de R\$ 49.569. E em maio de 2017, foi realizada a baixa do ativo fiscal diferido referente a empresa incorporada Todo Tecnologia no montante de R\$ 16.980.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas apresentam prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social de R\$ 908.869, sobre os quais não foram reconhecidos IRPJ e CSLL diferidos ativos.

Os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social não prescrevem, todavia, podem ser compensados somente até o limite de 30% do lucro tributável anual.

12.3 Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Lucros

As despesas e benefícios com imposto de renda e contribuição social no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 encontram-se resumidas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
				Reapresentado
Operação em continuidade				
Corrente				
Imposto de renda	-	-	(5.956)	(9.370)
Contribuição social	-	-	(12)	(3.167)
	-	-	(5.968)	(12.537)
Diferido				
Imposto de renda sobre adições temporárias	(43.675)	128	(55.458)	20.959
Contribuição social sobre adições temporárias	(16.646)	46	(19.964)	8.328
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	(13.559)	13.559	(121.450)	63.116
Contribuição social sobre base negativa	(4.881)	4.881	(43.722)	22.722
	(78.761)	18.613	(240.594)	115.125
	(78.761)	18.613	(246.562)	102.588
Operação descontinuada				
Corrente				
Imposto de renda	-	-	-	(50.476)
Contribuição social	-	-	-	(18.171)
	-	-	-	(68.647)
Diferido				
Imposto de renda sobre adições temporárias	-	-	-	2.173
	-	-	-	(66.474)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do resultado contábil pela alíquota fiscal vigente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Operação em continuidade				
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(307.622)	(298.816)	(139.821)	(316.317)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	104.591	101.597	47.539	107.548
Adição/Exclusão permanente de equivalência patrimonial	(159.890)	(82.984)	-	-
Baixa Impostos Diferidos	(15.875)	-	(157.200)	-
Efeitos tributários sobre adições (exclusões) permanentes, líquidas	(12)	(1)	(4.352)	(4.203)
IR e CS sobre diferenças temporárias não constituídas	345	-	345	-
Efeitos decorrentes de Ágio	-	-	(11.357)	-
Impostos diferidos não constituídos no período	-	-	(5.968)	-
IR e CS sobre prejuízo fiscal não constituído no período	(8.317)	-	(116.203)	-
Outros	397	1	634	(757)
Despesa de imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	(5.968)	(12.537)
Diferido	(78.761)	18.613	(240.594)	115.125
	<u>(78.761)</u>	<u>18.613</u>	<u>(246.562)</u>	<u>102.588</u>
Operação descontinuada				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	201.904
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	-	-	-	(68.647)
Efeitos tributários sobre adições (exclusões) permanentes, líquidas	-	-	-	2.173
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(66.474)

13 DESPESAS ANTECIPADAS E DEMAIS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos a fornecedores	68	-	264	123
Adiantamentos a empregados	-	-	5.714	7.625
Créditos a receber (a)	1.595	454	24.723	27.042
Despesas antecipadas	180	651	7.476	12.212
"Escrow" Allus (b)	-	-	6.059	11.453
	<u>1.843</u>	<u>1.105</u>	<u>44.236</u>	<u>58.455</u>
Circulante	1.843	1.105	23.191	26.689
Não Circulante	-	-	21.045	31.766

- (a) Refere-se a valores retidos por clientes para cobrir despesas processuais de ações trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Companhia, onde nossos clientes figuram no polo passivo, até que ocorra o encerramento da demanda judicial.
- (b) Refere-se a valores a receber da venda da divisão "Allus" em 2016, esses valores ficaram depositados em uma conta judicial, sendo sua liberação condicionada a certas condições contratuais.

14 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

14.1 Composição dos investimentos

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Controladas		Reapresentado
Liq Corp S.A.	(348.290)	123.567
	<u>(348.290)</u>	<u>123.567</u>

Na controladora o valor do investimento na Liq Corp S.A está considerando o ágio no valor de R\$ 74.365 e patrimônio líquido negativo de R\$ 422.655. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia transferiu o saldo negativo, para conta de "Provisão para Perda com Investimentos" no passivo circulante.

14.2 Informações financeiras resumidas de controladas diretas

	31/12/2017	31/12/2016
	Contax-Mobitel	Reapresentado
	Contax-Mobitel	Ability
Ativo circulante	607.846	-
Ativo não circulante	1.092.012	-
Passivo circulante	(417.173)	-
Passivo não circulante	(1.705.340)	-
Patrimônio líquido	422.655	-

	31/12/2017	31/12/2016
	Contax-Mobitel	Reapresentado
	Contax-Mobitel	Ability
Receita líquida	1.700.799	91.772
(Prejuízo) lucro líquido	(470.264)	5.862

14.3 Movimentação dos investimentos diretos em controladas

	Controladas diretas		
	Total		
	Contax-Mobitel	31/12/2017	31/12/2016
	Contax-Mobitel	Reapresentado	Reapresentado
a) Participação no capital 31/12/2017			
% de participação	100%		
Quantidade total de ações	14.787.108.108		
Quantidade de ações ordinárias	14.582.934.695		
Quantidade de ações preferências	204.173.413		
b) Informações das controladas em 31/12/2017			
Capital social	578.962		
Patrimônio líquido negativo	(422.655)		
Ágio	74.365		
Reserva especial de ágio	-		
Resultado do exercício	(470.264)		
c) Saldo do investimento			
Saldo no investimento no início do exercício	123.567	123.567	115.433
Equivalência patrimonial (i)	(470.264)	(470.264)	(244.070)
Equivalência patrimonial (ii)	-	-	201.904
Variação cambial de empresas no exterior (iii)	(1.593)	(1.593)	(91.231)
Aumento de Capital	-	-	141.531
Total	(348.290)	(348.290)	123.567

(i) Resultado do exercício

(ii) Resultado da Divisão "Allus"

(iii) Os ganhos e perdas decorrentes da variação cambial sobre a conversão dos investimentos na subsidiária no exterior totalizaram R\$ 1.593 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 91.231 em 31 de dezembro de 2016).

15 IMOBILIZADO

	Consolidado				
	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
<u>Custo:</u>					
Terrenos		1.057	-	-	1.057
Prédios		5.537	-	-	5.537
Equipamentos de transmissão		26.360	-	-	26.360
Equipamentos de energia		48.039	578	(65)	48.552
Equipamentos de climatização		45.722	1.290	(186)	46.826
Máquinas e Equipamentos		8.120	147	(39)	8.228
Informática		497.608	5.206	(722)	502.092
Móveis e utensílios		165.345	2.168	(407)	167.106
Benfeitorias em bens de terceiros		293.016	4.028	(304)	296.740
Total		1.090.804	13.417	(1.723)	1.102.498
<u>Depreciação acumulada:</u>					
Prédios	7,14%	(1.837)	(535)	-	(2.372)
Equipamentos de transmissão	20,00%	(25.317)	(184)	-	(25.501)
Equipamentos de energia	6,67%	(36.532)	(1.131)	42	(37.621)
Equipamentos de climatização	7,69%	(34.788)	(1.427)	121	(36.094)
Máquinas e Equipamentos	11,11%	(6.012)	(393)	26	(6.379)
Informática	25,00%	(473.908)	(20.727)	471	(494.164)
Móveis e utensílios	11,11%	(135.980)	(7.804)	266	(143.518)
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	(225.901)	(15.668)	197	(241.372)
Total		(940.275)	(47.869)	1.123	(987.021)
Imobilizado líquido		150.529	(34.452)	(600)	115.477

	Consolidado								
	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2015	Adições	Transferências (i)	Baixas	Inventário (ii)	Variação cambial	Classificado para Ativo mantido para venda (iii)	31/12/2016
Custo:									
Terrenos		1.057	-	-	-	-	-	-	1.057
Edificações		5.537	-	-	-	-	-	-	5.537
Telecom e equipamentos de TI		704.070	2.585	2.001	(16.358)	(134.959)	(4.080)	(55.651)	497.608
Benfeitorias em imóveis de terceiros		372.724	6.689	829	(478)	(34.008)	(4.693)	(48.047)	293.016
Móveis e utensílios		223.359	1.613	1.116	(10.517)	4.272	(4.389)	(50.109)	165.345
Equipamentos de transmissão		85.186	541	728	(715)	(4.643)	(2.275)	(52.462)	26.360
Equipamentos de energia		52.511	2.124	77	(224)	2.851	(362)	(8.938)	48.039
Equipamentos de climatização		59.774	1.410	377	(77)	1.181	(1.025)	(15.918)	45.722
Imobilizações em andamento		9.862	3.280	(7.677)	-	-	(950)	(4.515)	-
		14.833	36	(381)	-	(4.351)	(131)	(1.886)	8.120
Outros									
Total		1.528.913	18.278	(2.930)	(28.369)	(169.657)	(17.905)	(237.526)	1.090.804
Depreciação acumulada:									
Edificações	7,00%	(2.462)	(375)	1.000	-	-	-	-	(1.837)
Telecom e equipamentos de TI	33,00%	(628.499)	(25.593)	(930)	14.369	132.333	2.549	31.863	(473.908)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (ii)	22,03%	(233.199)	(55.299)	(401)	180	37.710	2.451	22.657	(225.901)
Móveis e utensílios	12,50%	(156.321)	(14.550)	416	9.795	(3.831)	3.331	25.180	(135.980)
Equipamentos de transmissão	10,00%	(66.081)	(8.936)	7.641	313	4.867	1.477	35.402	(25.317)
Equipamentos de energia	10,00%	(32.053)	(8.154)	1.051	224	(2.911)	207	5.104	(36.532)
Equipamentos de climatização	10,00%	(24.896)	(9.168)	7	23	(6.030)	362	4.914	(34.788)
Outros	15,00%	(12.104)	(1.699)	(8.618)	-	6.185	408	9.816	(6.012)
Total		(1.155.615)	(123.774)	166	24.904	168.323	10.785	134.936	(940.275)
Imobilizado líquido		373.298	(105.496)	(2.764)	(3.465)	(1.334)	(7.120)	(102.590)	150.529

(i) Transferência líquida de imobilizado para o intangível.

(ii) Refere-se a desmobilização de sites da Companhia ocorrida no ano de 2016.

(iii) Itens do ativo imobilizado referentes ao saldo de 31 de dezembro de 2015, bem como a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (adições, transferência, baixa e variação cambial), relacionados a “Allus”, operação descontinuada em setembro de 2016..

Em conformidade com o IAS 16/CPC 27, a Companhia realizou em conjunto com uma empresa especializada, avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados do mercado. Os trabalhos indicaram a necessidade de mudanças na vida útil e taxas anuais de depreciação das classes de ativos.

A seguir, apresentamos as taxas de depreciação dos ativos imobilizados da Companhia, que são depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

	Taxas anuais de depreciação (%)	
	Anterior	Revisada/Atual
Predíos	7,00	7,14
Equipamentos de transmissão	10,00	20,00
Equipamentos de energia	10,00	6,67
Equipamentos de climatização	15,00	7,69
Máquinas e equipamentos	15,00	11,11
Informática	33,00	25,00
Móveis e utensílios	12,50	11,11
Benfeitorias em bens de terceiros	22,03	10,00

16 INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2016 Reapresentado	Adições	Baixas	31/12/2017
<u>Custo:</u>					
Software		626.884	11.723	-	638.607
Marcas e patentes		2.007	63	(2.070)	-
Carteiras de clientes		45.305	-	-	45.305
Ágio s/ Investimento Todo		95.619	-	-	95.619
Ágio s/ Investimento Mobitel		74.365	-	-	74.365
Software em desenvolvimento		1.263	-	(1.263)	-
		<u>845.443</u>	<u>11.786</u>	<u>(3.333)</u>	<u>853.896</u>
<u>Amortização acumulada:</u>					
Software	10,00%	(413.115)	(35.661)	-	(448.776)
Carteiras de Clientes	9,09%	<u>(25.553)</u>	<u>(4.661)</u>	-	<u>(30.214)</u>
		<u>(438.668)</u>	<u>(40.322)</u>	<u>-</u>	<u>(478.990)</u>
Intangível líquido		406.775	(28.536)	(3.333)	374.906

	Consolidado									
	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2015	Adições	Transferências (i)	Baixas	Inventário	Variação cambial	Classificado para Ativo mantido para venda (ii)	Incorporação/ Investimento	31/12/2016 Reapresentado
Custo:										
Ágio		378.171	-	-	(31.396)	-	3.877	(205.952)	-	144.700
Contax-Mobitel		31.396	-	-	(31.396)	-	-	-	49.081	49.081
Ability		49.081	-	-	-	-	-	-	(49.081)	-
TODO		95.619	-	-	-	-	-	-	-	95.619
Grupo Allus		202.075	-	-	-	-	3.877	(205.952)	-	-
Carteira de clientes - Aquisição Grupo Allus		94.902	-	5.749	25.284	-	(2.083)	(98.569)	-	25.283
Carteira de clientes - Aquisição Contax-Mobitel		45.954	-	(649)	-	-	-	-	-	45.305
Software em desenvolvimento		10.122	238	(8.495)	(524)	(78)	-	-	-	1.263
Marcas e patentes		2.317	14	-	-	-	(60)	(263)	-	2.008
Marcas - Aquisição Grupo Allus		6.470	-	(6.470)	-	-	-	-	-	-
Sistema de processamento de dados		637.313	8.285	10.248	(5.966)	46.453	(3.031)	(66.418)	-	626.884
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-
		1.175.249	8.537	383	(12.602)	46.375	(1.297)	(371.202)	-	845.443
Amortização acumulada:										
Carteira de clientes - Aquisição Grupo Allus	5,07%	(24.448)	(87)	(1.261)	-	-	-	25.796	-	-
Carteira de clientes - Aquisição Contax-Mobitel	10,62%	(21.375)	(2.880)	(1.298)	-	-	-	-	-	(25.553)
Marcas e patentes	10,73%	(207)	(7)	-	-	-	40	174	-	-
Marcas - Aquisição Grupo Allus	5,00%	(2.181)	-	2.181	-	-	-	-	-	-
Sistema de processamento de dados	10,26%	(371.190)	(46.336)	2.759	3.914	(45.041)	1.815	40.964	-	(413.115)
		(419.401)	(49.310)	2.381	3.914	(45.041)	1.855	66.934	-	(438.668)
Intangível líquido		755.848	(40.773)	2.764	(8.688)	1.334	558	(304.268)	-	406.775

(i) Transferência líquida do imobilizado no montante de R\$ 2.764.

(ii) Divisão Allus (operação descontinuada em setembro de 2016). Os itens dos intangíveis referentes ao saldo de 31 de dezembro de 2015, bem como a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (adições, transferência, baixa e variação cambial), relacionados a “Allus”, estão apresentados na coluna, operação descontinuada.

(iii) Refere-se à transferência de classificação de imobilizado para intangível.

16.1 Alocação do ágio à unidade geradora de caixa

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa. O valor recuperável da unidade geradora de caixa é aproximadamente de R\$ 3.790.000 e seu valor contábil é de R\$ 683.736 em 31 de dezembro de 2017. O valor recuperável foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa a partir de estimativas financeiras aprovadas pela administração para um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir a manutenção da demanda dos serviços. A taxa média de desconto antes dos impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 9,6% (2016: 10,8%). A taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 12,5% (2016: 10, %).

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso para a unidade geradora de caixa foi elaborada com base nas seguintes premissas:

- Crescimento da receita
- Margem bruta
- Taxa de desconto

Crescimento da receita

As taxas são baseadas na manutenção de serviços de clientes atuais, bem como a entrada de novos negócios; bem como *wallet share* e crescimento de novas operações. Entre os principais fundamentos para este crescimento consideramos o *Market Share* histórico da LIQ

no segmento de *Contact Center*, bem como um plano consolidado de atuação no segmento de *Trade Market*.

Margem bruta

Margens brutas são baseadas em valores médios obtidos nos exercícios anteriores ao início do período de orçamento. A margem bruta projetada para a unidade geradora de caixa foi de 32,4%. Essas margens são aumentadas ao longo do período projetado pelas melhorias de eficiência previstas. Um aumento médio de 1,9% por ano foi aplicado para a unidade geradora de caixa.

Taxas de desconto

As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específico a unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor de carregamento do dinheiro e os riscos individuais dos ativos subjacentes que não foram incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

- Premissas de taxa de crescimento de receita – Considerando a velocidade da mudança tecnológica e a possibilidade da entrada de novos concorrentes no mercado podem causar impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento, a Companhia simulou queda na receita de 3% no período, e ainda assim não haveria indicativo de impairment.
- Margens brutas – A possível redução na demanda poderia levar a uma queda na margem bruta, dessa forma a Companhia simulou a estagnação da margem média sem considerar o aumento médio de 1,9% de crescimento previsto e ainda assim não haveria indicativo de impairment;
- Taxas de desconto – Um aumento na taxa de desconto antes de impostos, resultaria em um maior comprometimento no valor recuperável, a Companhia simulou o aumento de 2,4 pp e ainda assim não haveria indicativo de impairment.

17 RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA

Em 2017 a Companhia iniciou um processo de renegociação com seus credores para alongamento do fluxo financeiro de suas dívidas. Em Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 14 e 21 de agosto de 2017 e em 13 de setembro de 2017 foram firmados novos aditamentos para essa dívida.

No dia 14 de dezembro de 2017, todas as condições de eficácia para o alongamento das dívidas foram atendidas pela Companhia, tornando vigentes os novos aditamentos com os termos e condições da dívida, conforme descrito abaixo:

17.1 Debêntures

1ª Emissão de Debêntures Série Única

Eficazes desde 14 de dezembro de 2017, os novos termos e condições das debêntures foram aprovados em Assembleia Geral de Debenturistas em 22 de agosto de 2017. Entre as principais mudanças, estão: (i) a alteração da data de vencimento para 15/08/2030; (ii) alteração do cronograma de amortização, que passou a ser em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020; (iii) alteração do cronograma de pagamento de juros, a partir de 15/03/2019; e (iv) a previsão do mecanismo de Cash Sweep (valor mínimo depositado em conta reserva) para amortização antecipada das debêntures, caso a Companhia apresente excesso de caixa. A íntegra das alterações constam do 6º Aditamento à Escritura, disponibilizado no site da Companhia.

1ª Emissão de Debêntures de 1ª e 2ª série

Eficazes desde 14 de dezembro de 2017, os novos termos e condições das debêntures foram aprovados em Assembleia Geral de Debenturistas em 21 de agosto de 2017. Entre as principais mudanças, estão: (i) a alteração da data de vencimento para 15/08/2030; (ii) alteração do cronograma de amortização, que passou a ser em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020; (iii) alteração do cronograma de pagamento de juros, a partir de 15/03/2019; e (iv) a previsão do mecanismo de Cash Sweep para amortização antecipada das debêntures, caso a Companhia apresente excesso de caixa. A íntegra das alterações constam do 5º Aditamento à Escritura, disponibilizado no site da Companhia

2ª Emissão de Debêntures em 2 Séries

1ª série

Eficaz desde 14 de dezembro de 2017, os novos termos e condições das debêntures da 1ª série foram aprovadas em Assembléia Geral de Debenturistas em 13 de setembro de 2017. Entre as principais mudanças, estão (i) alteração da data de vencimento para 15/05/2035; (ii) alteração do cronograma de amortização, que passou a ser em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020 (inclusive); (iii) remuneração será capitalizada e incorporada até 15/12/2018 (inclusive) e exigível a partir de 15/03/2019 (inclusive) até 15/12/2023 (inclusive), ambos amortização e remuneração de acordo com percentuais que encontram-se no 8º Aditamento à Escritura; (iv) a remuneração da debênture foi alterada para CDI + 2,50% ao ano. A íntegra das alterações constam do 8º Aditamento à Escritura, disponibilizado no site da Companhia

2ª série

As debêntures da 2ª série foram declaradas vencidas antecipadamente em 03 de outubro de 2017, data que houve a execução da fiança dada em garantia, sendo, integralmente liquidadas, passando a 2ª emissão a partir da referida data a ser constituída por uma única série. Com execução da carta fiança, a Companhia passou a ter um empréstimo com Banco do Brasil (credor da carta fiança), vide nota 17.2 Empréstimos.

Aos debenturistas da 2ª Emissão, detentores dos títulos emitidos em 15 de setembro de 2012, foi outorgado um bônus de subscrição de ações a ser exercido mediante a entrega pelo debenturista das debêntures da 1ª. série.

Conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 604/10, ao bônus de subscrição foi dado o tratamento contábil de derivativo embutido, haja vista se tratar de instrumento financeiro que outorga o direito de subscrever uma quantidade de um lote representativo de ações ordinárias de emissão da Companhia resultante da divisão entre o valor nominal atualizado das debêntures da 1ª. Série da 2ª emissão na data do exercício do bônus de subscrição ao preço de exercício do bônus, atualmente em - R\$ 4,89. O preço de exercício determina o número de ações a receber e a conversão ocorre mediante a entrega das debêntures da 1ª série da 2ª emissão.

3ª Emissão de Debêntures Série Única

Eficazes desde 14 de dezembro de 2017, os novos termos e condições das debêntures foram aprovados em Assembleia Geral de Debenturistas em 21/08/2017. Entre as principais mudanças, estão: (i) a alteração da data de vencimento para 15/08/2030; (ii) alteração do cronograma de amortização, que passou a ser em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020; (iii) o cronograma de pagamento de juros, a partir de 15/03/2019; e (iv) a previsão do mecanismo de Cash Sweep para amortização antecipada das debêntures, caso a Companhia apresente excesso de caixa. A íntegra das alterações constam do 5º Aditamento à Escritura, disponibilizado no site da Companhia.

4ª Emissão de Debêntures de 1ª e 2ª série

Eficazes desde 14 de dezembro de 2017, os novos termos e condições das debêntures foram aprovados em Assembleia Geral de Debenturistas em 11/08/2017. Entre as principais mudanças, estão: (i) a alteração da data de vencimento para 30/12/2035; (ii) alteração do cronograma de amortização, que passou a ser em parcela única no vencimento; e (iii) alteração do cronograma de pagamento de juros, em parcelas única no vencimento. A íntegra das alterações constam do 3º Aditamento à Escritura, disponibilizado no site da Companhia.

Os novos aditamentos das escrituras de debêntures estabelecem que, caso sejam descumpridas determinadas condições, as debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial. A íntegra das alterações constam nos novos aditamentos à Escritura, disponibilizado no site da Companhia. A seguir algumas das principais condições:

- Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Companhia ou por qualquer uma de suas controladas relevantes independentemente do diferimento do respectivo pedido;
- Liquidação ou dissolução da Companhia ou de qualquer uma de suas controladas relevantes;
- Cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes às emissões de debêntures, sem a observância de seus termos;
- Sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutibilidade de qualquer documento referente às emissões de debêntures;
- Não pagamento de quaisquer valores devidos aos credores das debêntures nas datas previstas, não sanado no prazo de 2 dias úteis contados da data devida;

- Vencimento antecipado em razão de inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações financeiras da Companhia ou de qualquer uma de suas controladas relevantes em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000, sendo certo que será atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado, emitido pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado em até 15 dias contados de sua ocorrência;
- Protesto de títulos contra a Companhia ou de qualquer uma de suas controladas relevantes em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000, sendo certo que será atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado em até 30 dias contados de sua ocorrência; e
- Transformação da forma societária da Companhia de sociedade anônima para sociedade limitada.

17.2 Empréstimos

Em 03 de outubro de 2017, houve a execução da fiança dada em garantia da 2ª série da 2ª emissão das debêntures, a partir dessa data, as debêntures foram convertidas em um empréstimo com o Banco do Brasil essa dívida foi incluída no processo de renegociação aprovado 14 de dezembro de 2017, com as demais dívidas

Em 11 de julho de 2017, houve a execução de uma fiança dada pelo Banco Santander, em garantia de empréstimos obtidos junto ao banco BNDES (Capital de Giro e Prosoft), a partir dessa data, a Companhia passou a ser devedora do Banco Santander essa dívida foi incluída no processo de renegociação aprovado 14 de dezembro de 2017, com as demais dívidas.

No processo de renegociação desses empréstimos, a Companhia obteve um desconto (“Haircut”) com os novos credores de 25% da dívida executada, somando o montante de ganho de R\$ 62.858, que foi reconhecido como receita financeira.

17.3 Valor Justo da Dívida

Segundo a norma CPC 38 – Instrumentos Financeiros, nas situações em que os termos e condições de uma dívida tenham sido alterados de forma significativa, devemos ter o desreconhecimento do passivo existente e o reconhecimento de um novo, sendo a mensuração inicial desse passivo realizada pelo seu valor justo.

Pelos critérios estabelecidos pela norma, a Companhia identificou que para 2ª emissão 1ª série e para os empréstimos assumidos com Banco do Brasil e Banco Santander, houve a extinção da dívida, e o novo passivo foi reconhecido pelo seu valor justo representando um ganho nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de R\$ 263.752. A Companhia utilizou a taxa média indicativa de negociação da ANBIMA para efetuar o cálculo do Valor Justo da Dívida.

18 DEBÊNTURES e EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

18.1 Debêntures

O quadro abaixo apresenta um resumo das debêntures emitidas pela Companhia:

Controladora e Consolidado													
Na data da emissão													
Tipo de emissão	Emissão e Série	Data de emissão	Vencimento final	Quantidade e emitida	P.U. emissão	Custo de emissão	Prêmio	Quantidade em circulação	Encargos a.a.	Taxa média efetiva de juros a.a.	P.M.V.A. (i)	31/12/2017	31/12/2016
Pública	1ª Emissão - Série Única	24/05/11	15/08/30	55	1.000.000	241	-	55	CDI + 1,25%	8,14%	8,0	20.732	19.346
Pública	1ª Emissão - 1ª Série	15/12/11	15/08/30	21.264	10.000	1.159	761	21.264	CDI + 1,25%	8,14%	8,0	238.621	222.731
Pública	1ª Emissão - 2ª Série	15/12/11	15/08/30	18.736	10.000	1.022	670	18.736	IPCA + 7,8%	10,75%	9,0	275.942	254.776
Pública	2ª Emissão - 1ª Série	15/08/12	15/08/30	126.719	1.000	658	1.535	126.719	CDI + 2,50%	9,39%	8,0	36.855	153.810
Pública	2ª Emissão - 2ª Série	15/08/12	15/12/21	126.719	1.000	658	1.535	126.719	TJLP + 2,5%	8,50%	3,8	19	89.604
Pública	3ª Emissão - Série Única	29/08/14	15/08/30	31.000	10.000	1.345	-	31.000	CDI + 1,25%	8,14%	8,0	337.197	312.811
Pública	4ª Emissão 1ª Série	04/05/16	15/12/35	46.303	1.000	129	-	46.303	CDI + 1,25%	8,14%	18,0	56.373	50.928
Pública	4ª Emissão 2ª Série	29/08/16	15/12/35	54.540	1.000	129	-	54.540	CDI + 1,25%	8,14%	18,0	63.350	56.995
												1.029.089	1.161.001
Bônus de subscrição sobre debêntures												-	1.015
Total												1.029.089	1.162.016
Circulante												26	5.036
Não circulante												1.029.063	1.156.980
(i) Prazo médio de vencimento em anos													

(i) Prazo médio de vencimento em anos

A movimentação de debêntures do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está apresentada a seguir:

Controladora e Consolidado									
Tipo de emissão	Emissão e Série	31/12/2016	Custos com Reperfilamento	Amortização de Juros (i)	Encargos Financeiros	Variação Monetária	Custo de Transação/ Prêmio	Variação Valor Justo Fiança(ii) (iii)	31/12/2017
Pública	1ª Emissão - Série Única	19.346	(117)	(647)	2.136	-	14	-	20.732
Pública	1ª Emissão - 1ª Série	222.731	(1.345)	(7.446)	24.670	-	11	-	238.621
Pública	1ª Emissão - 2ª Série	254.776	(1.556)	(4.813)	19.753	7.357	425	-	275.942
Pública	2ª Emissão - 1ª Série	153.810	(943)	(2.449)	14.099	2.822	8	-	130.492
Pública	2ª Emissão - 2ª Série	89.604	-	(1.770)	13.158	727	(904)	(100.796)	-
Pública	3ª Emissão - Serie Única	312.811	(1.901)	(10.523)	34.733	-	2.077	-	-
Pública	4ª Emissão 1ª Série	50.928	(318)	-	5.760	-	3	-	-
Pública	4ª Emissão 2ª Série	56.995	(357)	-	6.473	-	239	-	-
		1.161.001	(6.537)	(27.648)	120.782	10.906	1.873	(100.796)	(130.492)
Bônus de subscrição sobre debêntures		1.015							-
Total		1.162.016							1.029.089
Circulante		5.036							26
Não circulante		1.156.980							1.029.063

- (i) Na demonstração do fluxo de caixa o pagamento de juros das operações de debêntures estão apresentados como atividade de financiamento.
- (ii) Refere-se a execução da carta fiança dada em garantia da 2ª série da 2ª emissão das debêntures, convertidas em empréstimo com o Banco do Brasil (vide nota 17.2).
- (iii) Refere-se as dívidas reperfiladas pela Companhia, classificadas como extinção de passivo, sendo reconhecida inicialmente pelo seu valor justo (vide nota 17.3).

O cronograma de vencimento do endividamento está apresentado abaixo:

Controladora e Consolidado	
31/12/2017	
2019	1.239
2020	22.162
2021	44.977
2022	44.977
2023	44.977
2024	67.792
2025	67.792
2026	67.792
2027	90.661
2030	437.411
2035	139.283
	<u>1.029.063</u>

18.2 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição da posição de empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e vigentes na data de encerramento destas demonstrações financeiras está apresentada a seguir:

						Controladora
Objeto	Vigência		Encargos financeiros a.a.	Taxa efetiva	31/12/2017	31/12/2016
	Início	Vencimento				
Em moeda nacional						
ICD BANCO DO BRASIL	12/2017	12/2027	CDI + 1,25% a.a.	8,14%	25.226	-
					25.226	-
Circulante					-	-
Não circulante					25.226	-
Consolidado						
Objeto	Vigência		Encargos financeiros a.a.	Taxa efetiva	31/12/2017	31/12/2016
	Início	Vencimento				
Em moeda nacional						
BNDES - Capital de giro (A)	05/2011	12/2021	TJLP + 2,5%	8,50%	-	3.954
BNDES - Capital de giro (B)	05/2011	12/2021	Selic + 1,7%	8,70%	-	4.148
BNDES - Prosoft (A)	09/2012	12/2021	TJLP + 2,5%	8,50%	-	65.723
BNDES - Prosoft (B)	09/2012	12/2021	Selic + 1,7%	8,70%	-	68.959
BNDES - PSI	10/2014	06/2019	3,50%	3,50%	418	755
BNDES - Itaú Prosoft I	02/2014	01/2021	TJLP + 4,00%	10,00%	22.230	28.996
BNDES - Itaú Prosoft II	02/2014	01/2021	SELIC + 4,00%	11,00%	29.493	35.020
SAFRA	03/2016	02/2019	CDI + 1,25% a.a.	8,14%	33.265	53.431
ITAÚ	04/2016	12/2021	CDI + 1,22% a.a.	8,11%	23.133	3.033
CCB ITAÚ	06/2017	03/2018	CDI + 1,25% a.a.	8,14%	9.044	-
TCD - SANTANDER	06/2017	12/2027	CDI + 1,25% a.a.	8,14%	32.524	-
ICD BANCO DO BRASIL	12/2017	12/2027	CDI + 1,25% a.a.	8,14%	25.226	-
ICD SOCIÉTÉ	05/2016	07/2021	CDI + 1,25% a.a.	8,14%	11.745	-
					187.078	264.019
Circulante					58.848	57.317
Não circulante					128.230	206.702

Apresenta-se abaixo um breve descritivo dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2017:

BNDES – PSI: No âmbito do Programa BNDES de Sustentação do Investimento, em 16 de dezembro de 2014, a subsidiária integral Liq Corp S.A. contraiu empréstimo para aquisição de equipamentos de informática. O vencimento final desta obrigação está previsto para 15 de junho de 2019. Em garantia ao financiamento, a Liq Corp S.A. ofereceu avais e alienação fiduciária dos equipamentos adquiridos por meio desse contrato.

BNDES – Itaú Prosoft – No âmbito do Programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (“PROSOFT”), em dezembro de 2014 a subsidiária integral Liq Corp S.A. celebrou contrato de repasse com o Banco Itaú Unibanco S.A. Em 23 de fevereiro de 2015 houve a liberação de dois subcréditos no montante de R\$32.752, em 22 de junho de 2015 houve a liberação parcial do subcrédito A no montante de R\$ 19.106 e em 26 de junho de 2015 houve a liberação parcial do subcrédito B no montante de R\$ 19.106. Em novembro de 2015 a liberação de novos créditos foi interrompida em comum acordo entre as partes.

Safra – Em março de 2016, no âmbito do reperfilamento da dívida da Companhia, a subsidiária integral Liq Corp S.A. celebrou contrato de empréstimo com o Banco Safra S.A. na modalidade de capital de giro, com vencimento final em 25 de fevereiro de 2019. O recurso foi aplicado na liquidação das obrigações decorrentes dos contratos “BNDES – expansão da capacidade instalada” e “BNDES – máquinas e equipamentos”.

Itaú – Em março de 2016, no âmbito do reperfilamento da dívida, a Companhia celebrou contrato de empréstimo com o Banco Itaú Unibanco S.A. na modalidade de capital de giro, no valor de R\$ 5.456, com vencimento final em 15 de dezembro de 2021. Em 15 de abril de 2016 ocorreu a liberação da primeira parcela no valor de R\$ 1.246. Os recursos serão desembolsados para liquidar a amortização de juros do contrato de repasse firmado com o banco (BNDES – Itaú Prosoft) no período entre abril de 2016 e fevereiro de 2017. Também no âmbito do reperfilamento da dívida, a Companhia celebrou segundo contrato de empréstimo com o Banco Itaú Unibanco S.A. na modalidade de capital de giro, no valor de R\$ 19.220, com vencimento final em 15 de dezembro de 2021 e liberação dos recursos no período entre fevereiro de 2017 e fevereiro de 2018 para liquidação de principal do contrato de repasse firmado com o banco (BNDES – Itaú Prosoft).

CCB - Itaú - Em 23 de junho de 2017 a Companhia celebrou uma Cédula de Crédito Bancário com o Itaú no valor de R\$ 8.552 milhões, com vencimento em 15 de setembro de 2017 e taxa de remuneração equivalente a CDI +1,25 a.a. A dívida que originou o CCB é decorrente da execução da fiança que o banco figurava como garantidor do contrato de financiamento da Companhia com o BNDES. A CCB foi aditada de forma a prorrogar o vencimento para 15 de abril de 2018.

TCD -Santander: Em 11 de julho de 2017, a Companhia celebrou um Termo de Confissão de Dívida (TCD) com o Santander no valor de R\$ 140.192, com vencimento em 15 de setembro de 2017 e taxa de remuneração de CDI + 1,25% a.a. A dívida que originou o TCD é decorrente da execução da fiança em que o banco figurava como garantidor do contrato de financiamento da Liq Corp S.A. com o BNDES.

Em 01/12/2017 o Santander concorda em refletir o perdão da dívida parcial correspondente a 25% da totalidade do saldo de principal, juros remuneratórios e eventuais encargos devidos e não pagos da Dívida Confessada pela Companhia ao Banco na referida data de eficácia (14/12/2017), altera-se também o vencimento para 15/12/2027, os prazos das parcelas de amortização em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020. A remuneração será capitalizada e incorporada até 15/12/2018 e exigível a partir de 15/03/2019 até 15/12/2027, ambos amortização e remuneração de acordo com percentuais que encontram-se no 1ª Aditamento.

A remuneração passa para 100% CDI acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a: 1,25%a.a. até 14/12/2019 (inclusive) e 2,50%a.a. a partir de 15/12/2019 (inclusive) até o vencimento em 15/12/2027.

ICD Banco do Brasil: Em 06/12/2017 a Companhia confessa o débito ao Banco do Brasil no valor R\$ 104.332.

Em 14/12/2017, na referida data de eficácia, o Banco do Brasil concorda em refletir o perdão da dívida parcial correspondente a 25% da totalidade do saldo de principal, juros remuneratórios e eventuais encargos devidos e não pagos da Dívida Confessada pela Companhia ao Banco em 06/12/2017, altera-se também o vencimento para 15/12/2027, os prazos das parcelas de amortização em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020. A remuneração será capitalizada e incorporada até 15/12/2018 e exigível a partir

de 15/03/2019 até 15/12/2027, ambos amortização e remuneração de acordo com percentuais que encontram-se no Instrumento Particular de Confissão de Dívida.

A remuneração passa para 100% CDI acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a: 1,25%a.a. até 14/12/2019 (inclusive) e 2,50%a.a. a partir de 15/12/2019 (inclusive) até o vencimento em 15/12/2027.

ICD Société - Em 25 de maio de 2016 a Companhia celebrou o Instrumento particular de Confissão de Dívida (ICD) com o Banco Société Générale Brasil (BSGB), com vencimento em 29 de março de 2019 e taxa de remuneração de CDI + 1,25%. A dívida que originou o ICD é decorrente da cessão de créditos de um fornecedor de informática da Companhia para o BSGB, os créditos são oriundos da aquisição pela Companhia de licenças de softwares concedidas por este fornecedor de informática. Em acordo entre as partes celebrado em 9 de agosto de 2017, a data de liquidação do ICD foi postergada para 29 de julho de 2021.

A movimentação de empréstimos e financiamentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está apresentada a seguir:

Controladora									
	31/12/2016	Custos com Reperfilamento	Captação	Fiança	Encargos financeiros	Haircut	Apropriação dos custos	Ajuste a valor presente	31/12/2017
ICD BANCO DO BRASIL	-	(142)	1.961	100.796	4.142	(26.132)	1	(55.400)	25.226
Total	-	(142)	1.961	100.796	4.142	(26.132)	1	(55.400)	25.226
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	25.226

Consolidado												
	31/12/2016	Risco Sacado(i)	Custos com Reperfilamento	Captação	Fiança (ii)	Amortização principal	Amortização juros (iii)	Encargos financeiros	Variação cambial	Haircut (iv)	Apropriação dos custos	Ajuste a valor presente
BNDES - capital de giro (A)	3.954	-	-	-	(4.072)	-	(82)	187	13	-	-	-
BNDES - capital de giro (B)	4.148	-	-	-	(4.409)	-	(18)	139	140	-	-	-
BNDES - Prosoft (A)	65.723	-	-	-	(67.313)	-	(1.352)	2.723	219	-	-	-
BNDES - Prosoft (B)	68.959	-	-	-	(72.880)	-	(294)	1.910	2.305	-	-	-
BNDES - Itaú Prosoft I	28.996	-	-	-	-	(6.554)	(2.960)	2.537	211	-	-	22.230
BNDES - Itaú Prosoft II	35.020	-	-	-	-	(7.746)	(2.204)	1.580	2.843	-	-	29.493
BNDES - PSI	755	-	-	-	-	(335)	(31)	29	-	-	-	418
SAFRA	53.431	-	-	-	-	(19.838)	(5.291)	4.963	-	-	-	33.265
ITAÚ	3.033	-	-	19.177	-	-	(296)	1.219	-	-	-	23.133
CCB - ITAÚ	-	-	-	64	8.553	-	-	427	-	-	-	9.044
TCD - SANTANDER	-	-	(145)	-	140.192	-	-	7.063	-	(36.726)	1	(77.861)
ICD BANCO DO BRASIL	-	-	(142)	1.961	100.796	-	-	4.142	-	(26.132)	1	(55.400)
ICD SOCIÉTÉ	-	67.631	-	-	-	(57.854)	(3.480)	5.448	-	-	-	11.745
Total	264.019	67.631	(287)	21.202	100.867	(92.327)	(16.008)	32.367	5.731	(62.858)	2	(133.261)
Circulante	57.317	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	58.848
Não circulante	206.702	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	128.230

- (i) A Companhia estruturou com os seus principais fornecedores operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos da Companhia para os Bancos, que, por sua vez, passarão a ser credores da operação.
- (ii) Conforme Fato Relevante divulgado em 19 de junho de 2017, a Companhia comunicou que, dois contratos de financiamento originalmente contratados pela Companhia junto ao BNDES, foram, nesta data, assumidos pelos bancos fiadores de tais operações (Santander e Banco do Brasil), os quais passaram a ser credores diretos da Companhia.
- (iii) Na demonstração do fluxo de caixa o pagamento de juros das operações de empréstimos e financiamentos estão apresentados como atividade de financiamento.
- (iv) Haircut: No reperfilamento da dívida foi concedido por credores de empréstimos bilaterais o perdão parcial da dívida, no valor de R\$ 62.858, correspondente a 25% do saldo devido.

O cronograma de vencimentos do endividamento está apresentado abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2017</u>
2019	-	26.115
2020	1.216	25.969
2021	2.295	26.443
2022	2.085	4.775
2023	1.883	4.312
2024	2.510	5.745
2025	2.152	4.927
2026	1.845	4.224
2027	11.240	25.720
	<u>25.226</u>	<u>128.230</u>

Garantias:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2016</u>
Saldo de empréstimos e financiamentos	<u>187.078</u>	<u>264.019</u>
Garantias vinculadas ao BNDES		
Fiança	-	142.784
Alienação fiduciária dos bens financiados	<u>1.346</u>	<u>1.346</u>
	<u>1.346</u>	<u>144.130</u>

18.3 CLÁUSULAS RESTRITIVAS (“Covenants”)

As debêntures e empréstimos possuem em suas escrituras obrigação da manutenção de índices financeiros (“covenants”) de forma a evitar o vencimento antecipado da dívida. Destaca-se que, no caso de inobservância a esta exigência, o vencimento antecipado é não automática, devendo a Companhia informar ao agente fiduciário e seus credores o descumprimento para que este, por sua vez, no prazo máximo de 5 dias úteis, convoque uma assembleia geral de debenturistas com no mínimo 2/3 de quórum para deliberar sobre o vencimento antecipado das obrigações contraídas pela Companhia.

Conforme previsto nos novos termos do reperfilamento, os covenants deverão ser verificados trimestralmente pela Companhia a partir do trimestre findo em 30 de junho de 2018.

O índice resultante da apuração do índice Dívida Líquida/Ebitda aplicável conforme os seguintes valores:

<i>Demonstrações Financeiras Trimestrais relativas ao exercício social de</i>	<i>Índice (ratio) resultante da apuração do índice Dívida Líquida / EBITDA aplicável</i>
2018	<i>Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 9,0 (nove) vezes.</i>
2019	<i>Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 6,5 (seis inteiros e cinco centésimos) vezes.</i>
2020	<i>Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 5,0 (cinco) vezes.</i>
2021	<i>Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) vezes.</i>
<i>A partir do exercício social de 2022 inclusive</i>	<i>Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 3,0 (três) vezes.</i>

O índice resultante da apuração do índice Dívida Líquida/Ebitda aplicável conforme os seguintes valores:

<i>Demonstrações Financeiras Trimestrais relativas ao exercício social de</i>	<i>Índice (ratio) resultante da apuração do índice EBITDA / Despesas Financeira Líquida aplicável</i>
2018	<i>Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 1,0 (uma) vez.</i>
2019	<i>Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 1,0 (uma) vez.</i>
2020	<i>Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos) vez.</i>
<i>A partir do exercício social de 2021 inclusive</i>	<i>Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 2,0 (duas) vez.</i>

19 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	1.799	1.202	146.418	159.298
Fornecedores estrangeiros	-	-	-	154
	<u>1.799</u>	<u>1.202</u>	<u>146.418</u>	<u>159.452</u>

20 ANTECIPAÇÃO DE FORNECEDORES

Conforme divulgado na nota 1.1, a Administração da Companhia vem envidando esforços para promover uma melhoria na posição do capital circulante líquido, como consequência, a Administração promoveu uma negociação junto aos principais fornecedores para alongar os respectivos prazos de pagamentos de modo a reduzir a diferença entre o prazo médio de recebimento (“PMR”) e o prazo médio de pagamento (“PMP”).

De forma a amenizar os impactos da mudança do prazo de pagamento no fluxo de caixa dos seus fornecedores, a Companhia assinou um contrato junto a instituições financeiras que permite a antecipação do contas a receber de seus fornecedores que teve vigência até janeiro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo dessas operações eram R\$ 66.774.

Considerando que a antecipação desse recebimento junto às instituições financeiras é uma opção dos fornecedores, esta modalidade não implica na ocorrência de despesas financeiras para a Companhia, não requer a participação obrigatória dos fornecedores, como também, a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial.

21 SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários e honorários	212	102	52.589	63.027
Férias provisionadas	-	-	82.787	91.458
Encargos sociais	128	346	36.788	43.312
Gratificações e participações de empregados	-	-	8.700	16.993
Outros	-	-	1	19
	<u>340</u>	<u>448</u>	<u>180.865</u>	<u>214.809</u>

22 OBRIGAÇÃO COM ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia é arrendatária em diversos contratos que podem ser classificados como arrendamento operacional ou financeiro.

22.1 Operacional

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, são oriundos de contratos de locação de imóveis utilizadas nas atividades operacionais da Companhia, apresentados a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2017</u>
Até 1 ano	53.686
De 2 a 5 anos	167.994
Mais de 5 anos	<u>65.600</u>
	<u>287.280</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os valores de arrendamentos operacionais reconhecidos como despesa totalizaram R\$ 64.563 (R\$ 89.180 em 31 de dezembro de 2016).

22.2 Financeiros

A Companhia contrata arrendamentos mercantis financeiros de equipamentos, de informática e imobiliário, destinados à manutenção de suas atividades.

A Companhia mantém controle dos bens arrendados os quais estão apresentados a seguir:

		<u>Consolidado</u>	
	<u>Taxa média</u> <u>ponderada a.a</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Custo			
Equipamentos e informática		6.909	6.909
		<u>6.909</u>	<u>6.909</u>
Depreciação acumulada			
Equipamentos e informática	33%	(2.591)	(1.900)
		<u>(2.591)</u>	<u>(1.900)</u>
		<u>4.318</u>	<u>5.009</u>

Os pagamentos futuros mínimos obrigatórios estão segregados conforme a seguir e foram registrados no passivo circulante e não circulante.

	Consolidado	
	31/12/2017	
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos
Até 1 ano	1.939	1.186
De 2 a 5 anos	3.008	1.795
Mais de 5 anos	-	-
Total de pagamentos mínimos de arrendamento mercantil	4.947	2.981
Encargos financeiros	(1.966)	-
Valor presente de pagamentos de arrendamento mínimos	2.981	2.981
Circulante		1.186
Não Circulante		1.795

As cláusulas dos contratos de ambas as modalidades, no que tange a renovação, reajuste e opção de compra, são baseadas em práticas de mercado. Ademais, não existem cláusulas de pagamentos contingentes ou relativas à restrição de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio ou captação de dívida adicional.

23 TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ISS	-	-	4.868	14.559
PIS e COFINS	1.022	475	6.020	15.532
Impostos parcelados (a)	672	867	32.999	13.849
IRRF	3	9	407	5.414
INSS	-	-	4.166	5.141
Outros tributos a recolher	-	-	4.397	4.892
	1.697	1.351	52.857	59.387
Circulante	1.591	1.245	29.845	58.287
Não circulante	106	106	23.012	1.100

- (a) Refere-se a programa de regularização tributária “PRT”, aderido pela Companhia em 2017, esse programa permitiu quitar parte de débitos de natureza tributária e parcelamentos vigentes com utilização de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa da CSLL.

24 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação à tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

24.1 Contingências com perdas prováveis

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
		Reapresentado
Tributário	136.915	95.777
Trabalhistas	151.192	76.305
Cíveis	2.973	1.816
	<u>291.080</u>	<u>173.898</u>
Circulante	38	91
Não circulante	291.042	173.807

	Consolidado				
	31/12/2016 Reapresentado	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária e encargos financeiros
					31/12/2017
Tributário	95.777	78.580	-	(51.022)	13.580
Trabalhistas	76.305	113.329	(17.663)	(38.755)	17.976
Cíveis	1.816	1.598	-	(558)	117
Total	<u>173.898</u>	<u>193.507</u>	<u>(17.663)</u>	<u>(90.335)</u>	<u>31.673</u>
Circulante	91				38
Não Circulante	173.807				291.042

24.1.1 Tributário

As contingências tributárias consolidadas referem-se, principalmente, a: (i) reenquadramento da Companhia na alíquota da contribuição previdenciária RAT (Risco ambiental do Trabalho); e (ii) na discussão acerca da inconstitucionalidade/ilegalidade do multiplicador FAP (Fator Acidentário de Prevenção) aplicada sobre o RAT, em processo judicial.

RAT (Risco ambiental do trabalho)

A contribuição previdenciária RAT que incide sobre a folha de salários, pode ser calculada com base em três diferentes alíquotas (1%, 2% ou 3%), correspondentes aos riscos, baixo, médio e grave, respectivamente, devendo ser aplicada a alíquota que reflete o risco de acidentes ou doenças do trabalho a que são expostos os funcionários de uma dada empresa, tendo em vista a atividade econômica por ela desenvolvida.

Na aplicação da alíquota, além de, levar em consideração a atividade econômica desenvolvida, a pessoa jurídica deve se pautar nos riscos efetivos a que estão expostos seus funcionários, os quais, podem ser aferidos pelos laudos e relatórios técnicos de riscos (PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais).

A Companhia vinha adotando alíquota que não refletia o risco a que estão sujeitos seus funcionários, recolhendo o tributo a maior. A partir da competência abril/2017 retificou o seu enquadramento, passando a aplicar a alíquota que, concretamente, reflete o risco ambiental do trabalhos ao qual seus empregados estão expostos e, recuperando valores recolhidos a maior a tal título.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui uma provisão no montante de R\$ 62.279, relativo a este tema.

FAP (Fator acidentário de prevenção)

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Previdência Social do Brasil, por força de lei, instituiu o Fator Acidentário de Prevenção (“FAP”). O FAP tem como base a dicotomia “bônus - malus” e seu valor varia entre 0,5% e 2,0% sobre a alíquota do encargo previdenciário referente ao Risco Ambiental do Trabalho (“RAT”), conforme o maior ou menor grau de investimentos em programas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho e proteção contra os riscos ambientais do trabalho, respectivamente.

A Companhia está questionando, judicialmente, a aplicação do multiplicador FAP, pois há diversas ofensas à Constituição Federal do Brasil e à legislação ordinária, na metodologia desenvolvida pela Previdência Social do Brasil.

Em 11 de fevereiro de 2010, foi obtida liminar para realização de depósito judicial do montante decorrente da diferença advinda do multiplicador FAP. Aguarda-se a instauração da dilação probatória e o julgamento em primeira instância.

Em setembro de 2015, o Governo publicou a Resolução CNPS nº 1.327/2015 alterando a sistemática de apuração do tributo, devendo ser considerado o multiplicador de forma individualizada por estabelecimento da empresa.

Em 25 de abril de 2017, o Governo publicou a Resolução CNPS nº 1.329/17 que excluiu o cômputo dos acidentes de trajeto do cálculo do FAP, a mudança prospectiva, resultou em

uma reversão no saldo da provisão no montante de R\$ 22.156.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante provisionado referente ao FAP é de a R\$ 38.182 (R\$56.409 em 31 de dezembro de 2016).

Outras contingências tributárias

Refere-se a IR/CS sobre lucro líquido no valor de R\$ 36.454. (R\$ 39.368 em 31 de dezembro de 2016).

24.1.2 Trabalhista

A Companhia possui diversos processos trabalhistas, inerentes ao setor de atuação, onde as principais discussões estão relacionadas a pedidos de equiparação salarial e de benefícios com as indústrias onde atuamos como prestadores de serviços e horas extras. Existem diversas ações estruturadas em andamento que visam a redução no número de processos entrantes, bem como a melhoria do indicador de improcedência dos pedidos.

No Brasil, a atividade operacional da Companhia a expõe, por meio de ações movidas por colaboradores desligados, a contingências das quais a matéria em discussão está recém regulamentada.

Foi publicada a Lei nº. 13.429/17, conhecida como Lei da Terceirização, em março de 2017. Esta lei regulamenta a terceirização do trabalho, expressamente afastando o vínculo de emprego entre empregados de empresas prestadoras de serviços e os seus tomadores, quando contratados nos termos e condições previstos na lei. O Brasil, não dispunha, até então, de legislação específica sobre a terceirização e o Judiciário tratava as discussões sobre o tema através da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho ("TST"), que autoriza a terceirização de "atividade meio" das empresas. Neste cenário, a lei contribui de forma positiva ao setor da Companhia, aumentando a segurança jurídica das empresas tomadoras de mão de obra especializada e favorecendo a prestação de serviços a um maior número de clientes podendo gerar impactos significativos em todos os seguimentos da economia e a perspectiva é de que a normatização do assunto irá compor, não apenas a expectativa de trabalhadores, mas especialmente para atender as necessidades de manutenção da saúde da economia do país.

A reforma na legislação trabalhista aprovada em junho 2017 (Lei 13.467/17) que entrou em vigor em 11 de novembro traz avanços para as relações trabalhistas, devendo gerar maior segurança jurídica, pois privilegia os acordos individuais e coletivos, prevendo expressamente que os órgãos públicos não poderão restringir direitos legalmente previstos, nem criar obrigações que não estejam na lei. Por outro lado, passaremos por uma fase de acomodação da aplicação junto ao Judiciário, mas a Liq já está se preparando para adequações, no que couber, as novas regras.

Vale lembrar que o Supremo Tribunal Federal já emitiu um posicionamento sobre o tema com a decretação do sobrestamento das ações judiciais que questionam a licitude da terceirização de serviços pelas Companhias telefônicas para os prestadores de serviços especializados, conforme prevista na Lei Geral das Telecomunicações, em 23 de setembro de 2014. O sobrestamento decretado suspende as execuções e recursos das ações judiciais trabalhistas sem decisão definitiva em todas as instâncias até que seja julgada a repercussão geral.

A Companhia adota a prática contábil para provisionamento das contingências trabalhistas massivas com base em dados de pagamentos históricos dos processos encerrados no período de 36 meses.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante provisionado referente aos processos trabalhistas totalizavam R\$ 151.192 (R\$76.305 em 31 de dezembro de 2016).

24.1.3 Cíveis

A Companhia possui processos cíveis que, em sua grande maioria, envolvem discussões contratuais classificadas como perda provável, somam o montante de R\$ 2.973, em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.816 em 31 de dezembro de 2016).

24.2 Contingências classificadas como perdas possíveis

A Companhia possui contingências de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e cível, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Em 31 de dezembro de 2017 as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Tributária	165.608	229.123
Trabalhistas	162.840	277.557
Cíveis	61.995	42.467
	<u>390.443</u>	<u>549.147</u>

24.2.1 Tributário

A Companhia possui processos que discutem a aplicação de normas tributárias que padecem de vícios de ilegalidade e de inconstitucionalidade e que, por conseguinte, embasam a exigência indevida de tributos tais como Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre Tarifa sobre Uso do Sistema Distribuição (TUSD) e Tarifa sobre Uso do Sistema de Transmissão (TUST), Imposto sobre Serviços (ISS) e ICMS nas bases de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS), que na opinião dos nossos assessores jurídicos, são classificados com perda possível, perfazendo o montante de R\$ 165.608 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 229.123 em 31 de dezembro de 2016).

24.2.2 Trabalhista e previdenciária

A Companhia é parte em processos trabalhistas de ex-colaboradores que montam R\$ 78.495, como perda possível, calculado com base no histórico de êxito médio e improcedências dos últimos 36 meses. Adicionalmente, existem ações judiciais movidas por entidades sindicais e órgãos públicos que, na opinião de nossos assessores legais, são classificadas como perda possível, totalizando R\$ 84.345. Sendo assim, os valores de perda possível somam o

montante de R\$ 162.840, em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 277.557 em 31 de dezembro de 2016).

24.2.3 Cível

A Companhia é parte em processos com fornecedores que discutem o cumprimento de cláusulas contratuais. Na avaliação de nossos assessores legais, estas demandas são de perda possível. O saldo em 31 de dezembro de 2017 totalizava R\$ 61.995 (R\$ 42.467 em 31 dezembro de 2016).

25 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1 Capital social

O capital social da Companhia é R\$ 188.865.909,64 (cento e oitenta e oito milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e nove reais e sessenta e quatro centavos), dividido em 4.185.596 (quatro milhões, cento e oitenta e cinco mil, quinhentas e noventa e seis) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

	Quantidade		Participação do capital			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Ordinárias	4.185.596	4.185.596	188.866	100%	188.866	100%
Preferenciais	-	-	-	0%	-	0%
	<u>4.185.596</u>	<u>4.185.596</u>	<u>188.866</u>	<u>100%</u>	<u>188.866</u>	<u>100%</u>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até que o valor do seu capital social alcance R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão.

Ao detentor de cada ação ordinária é conferido o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da Companhia. A Companhia não poderá emitir ações preferenciais e partes beneficiárias, conforme previsto em seu estatuto social.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2016, foi aprovado e homologado o aumento de capital privado da Companhia, no valor de R\$ 7.228.

25.1.1 Composição do capital social por natureza

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Ações ordinárias	4.185.596	4.185.596
Ações em tesouraria	(68.083)	(68.083)
Ações em circulação	<u>4.117.513</u>	<u>4.117.513</u>

25.1.2 Movimentação das ações em circulação

	Consolidado	
	Quantidade de ações em circulação	
	31/12/2017	31/12/2016
Ações ON no início do exercício	4.117.513	118.359.737
Adesão Novo Mercado - Transf de PN para ON	-	220.578.283
Total das ações em circulação	4.117.513	338.938.020
Grupamento	-	3.389.380
Transferência - aquisição TODO	-	215
Aumento de capital homologado em 16/12/2016	-	727.918
Ações no final do exercício	4.117.513	4.117.513

25.2 Ações em tesouraria

A Companhia possui 68.083 ações de sua própria emissão em tesouraria, correspondente ao valor registrado no patrimônio líquido de R\$ 20.022 em 31 de dezembro de 2017.

25.3 Composição do capital social por titularidade

A posição acionária dos maiores acionistas apresentada a seguir:

Acionistas	31/12/2017		31/12/2016	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<u>Acima de 5%</u>				
Telis Participações S.A.	352.893	8,43	352.893	8,43
JPSP Investimentos S.A.	352.893	8,43	352.893	8,43
<u>Outros</u>				
Outros	3.411.727	81,51	3.411.727	81,51
Ações em tesouraria	68.083	1,63	68.083	1,63
	<u>4.185.596</u>	<u>100%</u>	<u>4.185.596</u>	<u>100%</u>

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal estão vinculados à Câmara de Arbitragem do Mercado para a solução de toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além, daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu estatuto social.

25.4 Distribuição do lucro

Em decorrência do prejuízo acumulado no exercício não houve distribuição de lucro.

25.5 Reserva para aquisição de não controladora

Refere-se a aquisição adicional de participação de não controladores de 20% das ações da controlada TODO Soluções em Tecnologia S.A.

25.6 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi gerada pela incorporação reversa da Contax S.A. que será capitalizado em favor dos acionistas após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 319/99 e 349/01.

25.7 Reservas de lucros

O estatuto social da Companhia prevê que a reserva estatutária será constituída com o objetivo de assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como para reforçar seu capital de giro.

26 RECEITA OPERACIONAL

A conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta	1.887.292	2.268.113
(-) Receitas canceladas	(23)	(2.282)
Impostos sobre as vendas		
COFINS	(60.260)	(70.777)
ISS	(60.047)	(72.726)
INSS	(53.092)	(64.378)
ICMS	(11)	-
PIS	(13.060)	(15.345)
Receita operacional líquida	1.700.799	2.042.605

27 RESULTADO POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

27.1 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos serviços prestados		
Reversão (Provisão) de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(159.839)	(82.579)
Serviços de terceiros	(81.568)	(116.218)
Depreciação/amortização	(51.243)	(154.253)
Salários e benefícios a empregados	(1.259.783)	(1.393.997)
Energia elétrica	(40.083)	(55.219)
Aluguéis e seguros	(74.823)	(104.314)
Marketing e patrocínios	(2.821)	(3.282)
Outros	(57.721)	(38.309)
	<u>(1.727.881)</u>	<u>(1.948.171)</u>

27.2 Comerciais

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com vendas		
Reversão (Provisão) de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(9)	-
Serviços de terceiros	(390)	(252)
Salários e benefícios a empregados	(3.812)	(4.177)
Marketing e patrocínios	(949)	(76)
Provisão de perda para créditos de liquidação duvidosa	(1.591)	1.496
Outros	(599)	(124)
	<u>(7.350)</u>	<u>(3.133)</u>

27.3 Gerais e Administrativas

	Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
Despesas administrativas			
Reversão (Provisão) de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(74)	(156)	(9.878)
Serviços de terceiros	(1.856)	(16.185)	(33.963)
Depreciação/amortização	(34)	-	(36.948)
Salários e benefícios a empregados	(572)	(264)	(64.819)
Honorários	(2.715)	(1.273)	(2.715)
Energia elétrica	-	-	(4.103)
Aluguéis e seguros	(280)	(105)	(4.213)
Comunicação institucional	(1.108)	(605)	(6.263)
Outros	(3.132)	(447)	(17.262)
	<u>(9.771)</u>	<u>(19.035)</u>	<u>(180.164)</u>
			<u>(245.011)</u>

27.4 Abertura da remuneração de colaboradores

		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração fixa	(793.886)	(884.845)
Encargos sociais	(166.709)	(194.234)
Benefícios	(241.358)	(280.207)
Participação dos empregados nos resultados	(11.285)	(12.965)
Remuneração variável	(112.788)	(132.427)
Pagamento baseado em ações	-	(75)
Outros	(5.103)	(17.352)
	<u>(1.331.129)</u>	<u>(1.522.105)</u>

A seguir demonstração da remuneração de colaboradores por natureza:

		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos serviços prestados	(1.259.783)	(1.393.997)
Comerciais	(3.812)	(4.177)
Gerais e Administrativas		
Salários e benefícios a empregados	(64.819)	(122.583)
Honorários	(2.715)	(1.273)
Pagamento baseado em ações	-	(75)
	<u>(1.331.129)</u>	<u>(1.522.105)</u>

28 OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas				
Reservão de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	220	-	45.317	19.207
Despesas recuperadas	873	-	51.586	41.229
Venda de imobilizado	-	-	1.222	3.393
Outras	-	-	870	1.068
	<u>1.093</u>	<u>-</u>	<u>98.995</u>	<u>64.897</u>
Despesas				
Provisão de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.292)	(4.693)	(81.305)	(27.482)
Custo de imobilizado baixado	-	-	(13.535)	(5.653)
Perdão de dívida de cliente em recuperação judicial (nota 9.2)	-	-	(11.507)	-
Programas de regularização tributária	-	-	(6.689)	-
Outras	(169)	(317)	(3.571)	(18.549)
	<u>(1.461)</u>	<u>(5.010)</u>	<u>(116.607)</u>	<u>(51.684)</u>
	<u>(368)</u>	<u>(5.010)</u>	<u>(17.612)</u>	<u>13.213</u>

29 RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

29.1 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	352	1.113	18.326	29.936
Juros e atualização monetárias/cambial sobre outros ativos	5.203	919	20.678	57.811
Ganho com valor justo	185.892	-	263.752	-
Juros sobre debêntures	100.838	141.100	1.459	395
Desconto de dívida "Haircut" (nota17).	-	-	62.858	-
Outras	26.133	19	550	371
	<u>318.418</u>	<u>143.151</u>	<u>367.623</u>	<u>88.513</u>

29.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(120.782)	(151.461)	(120.782)	(151.461)
Juros sobre financiamento	(4.142)	(842)	(33.384)	(40.443)
Juros e variações monetárias e cambial	(13.688)	(13.558)	(20.086)	(38.077)
Juros e atualização monetária de contingências	(21)	-	(37.179)	(10.229)
Comissão carta de fiança	(2.217)	(2.378)	(7.018)	(7.479)
Instrumentos financeiros	-	(994)	(11.628)	(994)
Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	-	(2.774)	(1)	(4.426)
Multas e juros para provisão de risco ambiental do trabalho	-	-	(7.976)	-
Programas de regularização tributária (a)	-	-	(22.491)	-
Outras	(4.787)	(1.770)	(14.691)	(11.149)
	<u>(145.637)</u>	<u>(173.777)</u>	<u>(275.236)</u>	<u>(264.258)</u>

- (a) Programa de regularização tributária "PRT", aderido pela Companhia em 2017, esse programa permitiu quitar parte de débitos de natureza tributária e parcelamentos vigentes com utilização de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa da CSLL.

30 RESULTADO POR AÇÃO

Após a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial para cada ação ordinária, e a reforma do Estatuto Social da Companhia para, entre outros, adequá-lo às cláusulas mínimas do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBovespa, deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de abril de 2016, o capital social da Companhia passou a ser composto unicamente por ações da espécie ordinária.

O prejuízo por ação no exercício foi calculado observando-se os requerimentos da Deliberação CVM nº 664/2010, bem como as disposições do estatuto social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações, conforme demonstrado abaixo.

30.1 Resultado por ação do exercício

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia possui apenas uma categoria de ações potenciais dilutivas, decorrente dos planos de pagamentos baseados em ações. Em razão do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, essas opções possuem efeito não dilutivo e, portanto, não são considerados no prejuízo diluído por ação.

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016 Reapresentado	
Numerador				
Prejuízo do exercício	(386.383)		(78.299)	
Prejuízo a ser distribuído	(386.383)		(78.299)	
Ações ordinárias emitidas	4.185.596	100%	4.185.596	100%
Ações preferenciais emitidas	-	0%	-	0%
	4.185.596	100%	4.185.596	100%
Numerador por tipo de ação:				
Ações ordinárias	(386.383)		(78.299)	
Número médio ponderado de ações em circulação - básico				
Ações ordinárias	4.117.513		3.421.348	
Prejuízo por ação - básico em R\$				
Ações ordinárias	(93,83893)		(22,88542)	
Número de ações potenciais				
Ações ordinárias	-		12.601	
Número médio ponderado de ações em circulação diluído				
Ações ordinárias	4.117.513		3.433.949	
Prejuízo por ação - diluído em R\$				
Ações ordinárias	(93,83893)		(22,80145)	

30.2 Resultado líquido por ação das operações continuadas

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016 Reapresentado	
Numerador				
Prejuízo do exercício	(386.383)		(280.203)	
Prejuízo a ser distribuído	(386.383)		(280.203)	
Ações ordinárias emitidas	4.185.596	100%	4.185.596	100%
Ações preferenciais emitidas	-	0%	-	0%
	4.185.596	100%	4.185.596	100%
Numerador por tipo de ação:				
Ações ordinárias	(386.383)		(280.203)	
Número médio ponderado de ações em circulação - básico				
Ações ordinárias	4.117.513		3.421.348	
Prejuízo líquido por ação - básico em R\$				
Ações ordinárias	(93,83893)		(81,89842)	
Número de ações potenciais				
Ações ordinárias	-		12.601	
Número médio ponderado de ações em circulação diluído				
Ações ordinárias	4.117.513		3.433.949	
Prejuízo por ação - diluído em R\$				
Ações ordinárias	(93,83893)		(81,59789)	

30.3 Resultado líquido por ação das operações descontinuadas

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016	
Numerador				
Lucro líquido do exercício	-		201.904	
Lucro a ser distribuído	-		201.904	
Ações ordinárias emitidas	4.185.596	100%	4.185.596	100%
Ações preferenciais emitidas	-	0%	-	0%
	4.185.596	100%	4.185.596	100%
Numerador por tipo de ação:				
Ações ordinárias	-		201.904	
Número médio ponderado de ações em circulação - básico				
Ações ordinárias	4.117.513		3.421.348	
Prejuízo líquido por ação - básico em R\$				
Ações ordinárias	-		59,01299	
Número de ações potenciais				
Ações ordinárias	-		12.601	
Número médio ponderado de ações em circulação diluído				
Ações ordinárias	4.117.513		3.433.949	
Lucro líquido por ação - diluído em R\$				
Ações ordinárias	-		58,79644	

31 PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

Os planos de compra de ações da Companhia têm como objetivo atrair e reter executivos altamente qualificados, para a Companhia, bem como incentivar o desempenho e favorecer a retenção dos executivos, que uma vez beneficiados pelos resultados para os quais tenham contribuído, constituirão um maior alinhamento de interesses com os acionistas e um consequente compartilhamento de riscos do mercado de capitais.

Os planos constituem negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não criam qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia e os beneficiários.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste, por um Comitê de Gestão de Pessoas que será composto por três membros do Conselho de Administração, sendo pelo menos um deles necessariamente membro efetivo do mesmo Conselho, o Diretor Presidente da Companhia e um membro externo.

Os membros do Conselho de Administração ficam impedidos de votar nas deliberações relativas a Programas nos quais sejam contemplados como beneficiários.

Para atender ao exercício das ações, a Companhia poderá emitir novas ações ou utilizar ações mantidas em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2017, não existem opções outorgadas em aberto, conforme demonstrado a seguir:

Plano	Instrumento	Outorga	Data		Quantidade		Outorga Canceladas ³	Ações Em Aberto	Outorga Valor Medio na Outorga ⁴	Cotação em 31/12/2017 ⁶
			Início do exercício	Final do exercício	Ações Outorgadas ¹	Ações Exercidas ²				
1o Plano	CTAX3 ⁵	07/05/2014	07/05/2015	07/05/2018	4.720	1.694	3.026	-	337,43	3,68
2o Plano	CTAX3 ⁵	01/08/2015	01/08/2016	01/08/2019	22.671	108	22.563	-	47,43	3,68

Observações:

1 Ações oferecidas como matching ao beneficiário pela companhia

2 Ações transferidas de custódia para o beneficiário, por cumprimento integral ou proporcional (saída antecipada), desde o início do plano.

3 Ações canceladas por falta de cumprimento total do prazo, por saída antecipada, desde o início do plano.

4 Valor médio das ações compradas pelos beneficiários.

5 Plano original outorgado em CTAX11 e convertido para CTAX3 após agrupamento

6 Valor da ação em 28/12/2017 (última cotação disponível) (Fonte: Uol Economia)

32 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Todos os valores e demais condições das transações entre as partes relacionadas são determinados por acordos entre elas.

No curso das operações da Companhia, direito e obrigações são contraídos entre partes relacionadas, oriundos de serviços prestados, transferência de recursos financeiros de forma onerosa, etc. Tais direitos e obrigações são necessariamente pactuados em condições acordadas entre as partes formalizadas em contratos.

Todos os direitos entre controladora e controladas foram divulgados, assim como da Companhia e suas controladas com partes relacionadas não consolidadas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Todas as transações entre as partes relacionadas consolidadas foram eliminadas para elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

32.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia repassou recursos por meio de contrato de mútuo e de emissão de debêntures à sua subsidiária integral Liq Corp S.A.

Os saldos de tais operações estão demonstrados nos quadros abaixo:

Empresas	Natureza da transação	Controladora			
		Em 31.12.2017		Em 31.12.2016	
		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Controlada Liq Corp S.A.	Debêntures	-	1.073.001	255.103	748.375

Empresas	Natureza da transação	Em 31.12.2017		Em 31.12.2016	
		Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Controlada Liq Corp S.A.	Mútuo	9.031	5.052	-	-

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve a necessidade de constituição de qualquer valor a título de provisão para perda com operações com partes relacionadas.

32.2 Avais concedidos

Em 31 de dezembro de 2017 não há avais concedidos em nome de partes relacionadas.

32.3 Remuneração dos administradores (conselheiros de administração e diretores estatutários)

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e os membros da diretoria estatutária. Em 31 de dezembro de 2017 este grupo está composto por 9 profissionais (15 profissionais em 31 de dezembro de 2016).

O total da despesa com remuneração e benefícios a esses profissionais, estão apresentados a seguir:

	31/12/2017			31/12/2016
	Liq Participações S.A.	Liq Corp S.A.	Total	Total
Salários	-	5.352	5.352	4.208
Honorários (pró-labore)	2.346	-	2.346	1.016
Benefícios	-	530	530	438
Bônus	-	6.852	6.852	11.918
Encargos (INSS/FGTS)	470	2.004	2.474	-
	<u>2.816</u>	<u>14.738</u>	<u>17.554</u>	<u>17.580</u>

A remuneração dos administradores é objeto de aprovação pela assembleia geral ordinária (“AGO”) da Companhia, sendo individualizadas as verbas por órgão (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração). Os valores de remuneração para os administradores para o exercício de 2017 foram aprovados pela maioria dos acionistas que compareceram à AGO de 19 de abril de 2017.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Liq não concedeu empréstimos de curto prazo, tampouco concedeu garantias em nome dos administradores ou de membros de suas respectivas famílias.

33 COBERTURA DE SEGUROS

A Liq possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional a Liq. Todas as apólices de seguro da Liq são renováveis automaticamente.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros da Liq, estão contratadas conforme demonstrados no quadro abaixo:

		Consolidado
		31/12/2017
Bens segurados	Importâncias seguradas	Vencimento
Responsabilidade civil de diretores e administradores	160.000	25/05/2018
Patrimônio / Lucros cessantes	250.000	14/08/2018
Responsabilidade civil geral	10.000	14/08/2018

34 MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTOS

									Controladora
	Em 1º de Janeiro de 2017	Juros e variação monetária	Novas Captações	Amortização juros	Custos com Reperfilamento	Haircut	Valor Justo	Outros	Em 31 de dezembro de 2017
Debêntures circulantes	5.036	-	-	-	-	-	-	(5.010)	26
Dividendos a pagar circulante	20.723	-	-	-	-	-	-	(20.723)	-
Debêntures não circulantes	1.156.980	132.546	-	(27.648)	(6.537)	-	(130.492)	(95.786)	1.029.063
Empréstimos não circulantes	-	4.143	1.961	-	(142)	(26.132)	(55.400)	100.796	25.226
Dividendos a pagar não circulante	-	2.058	-	-	-	-	-	20.723	22.781
Total dos passivos de atividades de financiamento	1.182.739	138.747	1.961	(27.648)	(6.679)	(26.132)	(185.892)	-	1.077.096

	Consolidado										
	Em 1º de Janeiro de 2017	Juros e variação monetária	Novas Captações	Reclassificação (i)	Amortização Principal	Amortização juros	Custos com Reperfilamento	Haircut	Valor Justo	Outros	Em 31 de dezembro de 2017
Debêntures circulantes	5.036	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.010)	26
Empréstimos circulantes	57.317	1.531	-	-	-	-	-	-	-	-	58.848
Obrigação segundo compromissos de arrendamento mercantil financeiro circulantes	1.966	-	-	-	(780)	-	-	-	-	-	1.186
Dividendos a pagar circulante	20.723	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.723)	-
Debêntures não circulantes	1.156.980	132.546	-	-	-	(27.648)	(6.537)	-	(130.492)	(95.786)	1.029.063
Empréstimos não circulantes	206.702	36.640	21.202	67.631	(92.327)	(16.008)	(287)	(62.858)	(133.261)	100.796	128.230
Obrigação segundo compromissos de arrendamento mercantil financeiro não circulantes	4.946	-	-	-	(3.151)	-	-	-	-	-	1.795
Dividendos a pagar não circulante	-	2.058	-	-	-	-	-	-	-	20.723	22.781
Total dos passivos de atividades de financiamento	1.453.670	172.775	21.202	67.631	(96.258)	(43.656)	(6.824)	(62.858)	(263.753)	-	1.241.929

- (i) A Companhia estruturou com os seus principais fornecedores operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos da Companhia para os Bancos, que, por sua vez, passarão a ser credores da operação. Esta transação possui efeito não caixa.

35 EVENTOS SUBSEQUENTES

Incorporação Reversa

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de janeiro de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração uma proposta de reestruturação societária envolvendo a Companhia e a sua subsidiária integral Liq Corp S.A. que visa à simplificação e otimização da estrutura societária, que gerará maiores sinergias entre as atividades, com a eliminação de sobreposições e de ineficiências.

A reestruturação societária consistirá na incorporação da Companhia pela Liq Corp S.A., após a obtenção, pela Liq Corp S.A., de registro de companhia aberta listada no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A única sociedade remanescente será a Liq Corp S.A., operacional, concentrando os serviços anteriormente prestados por diversas empresas em uma única sociedade, com ações negociadas em bolsa.

A Reestruturação Societária pretendida dependerá da anuência prévia dos credores da Companhia e da concessão do registro da Liq Corp S.A. pela CVM como companhia aberta da Categoria A, com ações listadas no Novo Mercado da B3.

Oportunamente, uma vez realizada nova reunião do Conselho de Administração com o intuito de aprovar a Reestruturação Societária, a Companhia divulgará Fato Relevante complementar, contendo maiores detalhes a respeito dos termos e condições da Reestruturação Societária, caso venha a ser implementada, nos termos da Instrução CVM n.º 565, de 15 de junho de 2015.

As deliberações a respeito da Reestruturação Societária conferirão aos acionistas da Companhia delas dissidentes o direito de recesso. Maiores informações a respeito do direito de recesso, inclusive, mas não se limitando, ao valor por ação a ser pago em virtude do exercício do referido direito, serão divulgadas quando da deliberação da Reestruturação Societária em nova reunião do Conselho de Administração da Companhia, conforme acima mencionado.

Alteração da Razão Social e Aumento do Capital Autorizado

Em 30 de janeiro de 2018, os acionistas da Companhia se reuniram em assembleia geral extraordinária da Companhia e aprovaram por maioria dos presentes a (i) alteração da razão social da Companhia para Liq Participações S.A., (ii) alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social da Companhia realizado em 16 de dezembro de 2016 por meio da capitalização de créditos dos dividendos declarados pela Companhia em 30 de abril de 2015; e (iii) alteração do limite do capital autorizado da Companhia para R\$ 1.100.000.

No mesmo período sua subsidiária também alterou sua razão social de Contax Mobitel S.A. para Liq Corp S.A.

Fatos Relacionados à Conversão da Debêntures

Em 02 de março de 2018, a Companhia recebeu o Ofício CVM nº33/2018, solicitando

esclarecimentos sobre as alegações da Hipca Business e Administração de Bens Ltda. (“Hipca”), entre outros temas, acerca da aprovação do aumento de capital autorizado da Companhia aprovado na assembleia de 30 de janeiro de 2018. Este ofício da CVM foi respondido em 06 de março de 2018 pela Companhia.

Em 06 de março de 2018, a BAMS Administração de Bens e Participações S.A. (“Bams”), por sua vez, ajuizou ação cautelar antecedente, com pedido liminar, pleiteando a suspensão da 5ª e 6ª emissões de debêntures da Companhia, em função da eventual diluição na emissão de títulos conversíveis. No entanto, em 19 de março de 2018, o juiz da 1ª vara empresarial e de conflitos de arbitragem do foro da comarca da capital do Estado de São Paulo, indeferiu o pedido, reconhecendo que, em síntese: (i) a Companhia respeitou o previsto na legislação e no seu estatuto social no tocante à autorização pelo Conselho de Administração para emitir debêntures conversíveis, vez que se trata de emissão dentro do limite do capital autorizado aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de janeiro de 2018; (ii) o prazo de 5 (cinco) dias concedido para que os acionistas pudessem exercer seu direito de prioridade nas ofertas da 5ª e 6ª emissão de debêntures atende às determinações legais (Lei das S.A) e regulatórias (Instrução nº 476 da CVM); e (iii) inexistência de obrigação da Companhia de comunicar em fato relevante a necessidade de realização de oferta pública por alienação de controle, já que o art. 254-A da Lei das S.A é inaplicável ao caso, não havendo, assim, respaldo legal para referido pleito.

A Hipca, em 12 de março de 2018, também ajuizou uma ação cautelar antecedente, com pedido liminar, que tramita na 4ª vara cível de Jundiaí, Estado de São Paulo, e obteve, no mesmo dia, liminar para suspender as ofertas da 5ª e 6ª emissões de debêntures da Companhia. Em 16 de março de 2018, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em agravo de instrumento apresentado pela Companhia, revogou a liminar concedida, reconhecendo, dentre outras razões, o fato da autora, Hipca, não ser acionista da Companhia. A 5ª e 6ª emissões foram liquidadas em 20 e 21 de março de 2018.

5ª e 6ª Emissão Pública de Debêntures

Em 21 de março de 2018, a Companhia divulgou fato relevante informando o encerramento das ofertas restritas da 5ª e 6ª Emissão de debêntures. Nesta oferta, foram distribuídas:

- (i) 918.189.195 debêntures da 5ª emissão, sendo 376.927.142 debêntures da primeira série, 121.237.978 debêntures da segunda série, 151.039.356 debêntures da terceira série e 268.984.719 debêntures da quarta série, perfazendo um montante total de R\$ 918.189; e
- (ii) 122.419.299 debêntures da 6ª Emissão, perfazendo um montante total de R\$ 122.419, integralizadas mediante a entrega de dívidas financeiras e debêntures emitidas pela Liq.

O resultado da liquidação física e financeira das ofertas, consideradas em conjunto, foi de R\$ 1.040.608.

36 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e sua emissão autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2018, bem como pela Diretoria Executiva em 08 de março de 2018.

Diretoria

Nelson Armbrust	Diretor Presidente
André Tavares Paradizi	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Cristiane Almeida de Souza Cé	Diretora Jurídica e <i>Compliance</i>
Marcelo Luiz Dias Chianello	Diretor

Conselho de Administração

Márcio Adolpho Girão Barros Quixadá	Titular / Independente - Presidente
Fábio Soares de Miranda Carvalho	Titular / Independente - Vice Presidente
Cristiane Barretto Sales	Titular
Rodrigo Soares Lélles	Titular / Independente
Vital Jorge Lopes	Titular / Independente

Conselho Fiscal

Ademir José Scarpin	Titular - Presidente
Márcio Magno de Abreu	Titular
Patrícia Maria de Arruda Franco	Titular
Demétrio Cokinos	Suplente
Newton Brandão Ferraz Ramos	Suplente
Renata Lebrão Coutinho Mesquita	Suplente

José Vanderlei Weber
Técnico Contábil
CRC SP - 256303/O-3

Francisco Paulo Macambira Haick
Gerente Sênior de Controladoria